

**Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento**

“As políticas públicas do poder executivo na remoção e /ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos-SP”.

Artur Rosa Filho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

São José dos Campos, SP.
2002

**Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento**

“As políticas públicas do poder executivo na remoção e /ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos -SP”.

Artur Rosa Filho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Oswaldo Soares Oliveira.

São José dos Campos - SP
2002

Filho, Artur Rosa.

As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas em São José dos Campos-SP / Artur Rosa Filho – São José dos Campos: Univap, 2002.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2002.

I.Oliveira, José Oswaldo Soares, Orient.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processo fotocopiador ou transmissão eletrônica.

Assinatura do aluno:

Data:

“As políticas públicas do poder executivo na remoção e /ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos -SP”.

Artur Rosa Filho

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Oswaldo Soares Oliveira (Orientador)_____

Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa (Univap)_____

Profa. Dra. Maria de Lourdes Neves Oliveira Kurkdjian (Univap)_____

Profa. Dra. Sandra Mara Ortegosa (UFPB)_____

Prof. Dr. Marcos Tadeu Tavares Pacheco
Diretor do IP&D
São José dos Campos, 5 de agosto de 2002

*Dedico este trabalho ao meu Mestre
Prof.Dr. José Oswaldo Soares Oliveira
competente incentivador e colaborador.*

À minha mãe Zulmira

Aos meus irmãos, Conseula, Geralda e Aroaldo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pai e criador de tudo, pela saúde e pela perseverança para concluir este trabalho.

Ao meu Mestre e orientador o Prof. Dr. *José Oswaldo Soares Oliveira*, pela paciência, disposição e confiança.

À Banca Examinadora: Profa. Dra. *Sandra Mara Ortegosa*, Profa. Dra. *Sandra Maria Fonseca da Costa* e Profa. Dra. *Maria de Lourdes Neves Oliveira Kurkdjian*, pela confiança e pelo incentivo no término deste trabalho.

Aos amigos Rodrigo e Renezinho, incentivadores e sempre dispostos a ajudar.

Ao Cláudio (IP&D), pela ajuda na confecção dos mapas de localização de favelas.

Ao Júlio César dos Santos da Copiadora Disk Center pela ajuda na finalização do trabalho.

A Cristina Ronconi da Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos e à Fátima, pela disposição e pelo auxílio na elaboração deste trabalho.

Às amigas: Claudia, Lúcia, Celina e Neusa pela força e pelo incentivo para concluir o trabalho.

À Maurícia pela pelo incentivo e pelo auxílio na elaboração deste trabalho

E à Prof^a . Maria Inês Júlio, Diretora do Colégio Técnico Antônio Teixeira Fernandes, pela força e compreensão durante o fechamento deste trabalho.

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas do poder executivo municipal no tocante à tendência de remoção dos moradores de favelas das áreas centrais, deslocando-os para a periferia. Os estudos destacaram o padrão de vida e as subcondições de moradia dos trabalhadores numa análise comparativa entre o bairro do Campo dos Alemães e a dinâmica da urbanização industrial em São José dos Campos-SP, a partir de 1970 até 2000.

Elegeu-se a questão da moradia para analisar o padrão de vida dos trabalhadores, pois entende ser este um dos elementos relevantes para examinar as condições de sobrevivência e reprodução da população brasileira. Os trabalhadores, na sua maioria sem qualificação, foram perdendo gradativamente seu poder de consumo.

Essa perda do poder de compra refletiu diretamente na vida desses trabalhadores, principalmente no que se refere à questão da moradia. Aqueles que já moravam em submoradias no centro da cidade, devido às precárias condições econômicas e do baixo padrão de remuneração, foram sendo empurrados para áreas mais afastadas num processo reiterado pelo poder público municipal.

Uma dessas áreas para qual os trabalhadores pobres foram removidos foi o bairro Campo dos Alemães, localizado no extremo sul da cidade de São José dos Campos. Ao serem removidos para este bairro, houve uma intensificação da perda do padrão de vida desses

moradores, pois, o acesso ao conjunto de equipamentos urbanos e sociais ficou mais difícil, sobretudo porque estes ainda hoje concentram-se nas áreas centrais.

Em São José dos Campos, as subcondições de moradia e o padrão de vida, decorrem, tanto do baixo poder de consumo das classes populares, *quanto pela precária localização urbana do bairro em que moram.*

O patamar precário de habitabilidade é decorrente, sobretudo, do perfil da economia industrial do município, reiterada pela lógica das políticas públicas sociais, com a prática de remoção de favelas das áreas centrais espalhando-as para áreas mais distantes da cidade, intensificando a segregação e a precariedade de moradia na sociedade urbana industrial.

Trata-se de uma opção política, pois difere de outras alternativas gestadas por várias administrações municipais.

Palavras-chave: Trabalhadores, submoradia, padrão de vida, políticas públicas habitacionais e segregação sócio-espacial, reurbanização e remoção de favelas.

ABSTRACT

This present work analyses the impact of public policies of this city's executive authorities concerning the removal of slum population from central area to the suburbs. The research showed the standard of living and the poor housing conditions of the workers in a comparative analysis between the district of Campo dos Alemaes and the dynamics of the industrial urbanization in Sao Jose dos Campos –SP, from 1970 up to 2000.

The housing issue was chosen to analyze the workers living because it was considered to be of the relevant elements to examine the survival and conditions of the Brazilian population.

Sao Jose dos Campos' industries profile favors big companies, whilst the small ones, without tax incentives forced to shut down. Workers, most of them without qualification, have been losing their power of.

This loss has directly reflected on the lives of these workers, especially on the ones living in the poor conditions the city center. Due to the precarious economic conditions of these workers and their low-income standard were pushed to distant areas from downtown by the city's authorities.

One of the areas where these poor housing workers were removed to was the district of Campo dos Alemães located in the south extremity of Sao Jose dos Campos. By being

removed to this district, there was a decrease in their standard, due to the more difficult access to urban and social resources.

In Sao Jose dos Campos, the poor housing conditions and standard of living are a result of the low power consumption of the lower classes and the precarious urban location of the neighborhood they live in.

Key- words: Workers, housing condition, precarious economic conditions, social public policies and slum's removal.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1- Considerações Teóricas: Alguns Aspectos Sobre o Padrão de Vida e as Subcondições de Moradia na Visão de Importantes Estudiosos	7
1.1- Preliminares	7
1.2- Favela: Diferentes abordagens para este conceito	7
1.3- As subcondições de habitação e o padrão de vida na sociedade industrial inglesa.....	10
1.4- As subcondições de habitação e o padrão de vida na sociedade industrial brasileira: Uma questão de interesse social	12
Capítulo 2 -Um breve Diagnóstico do Município de São José dos Campos	17
2.1-Localização Geográfica	17
2.2-O perfil industrial do Município	20
2.3- Aspectos sócio-demográficos: um percurso para o surgimento de favelas	24
Capítulo 3- O crescimento de favelas em São José dos Campos no período de 1970-2000.....	28

3.1- Mapeamento das favelas do município	36
3.2- Favelas: a evolução do problema	45
3.3- A busca de soluções para o problema habitacional	48
Capítulo 4- Planos de desfavelamento no município de São José dos Campos nos anos de 1977, 1992 e 2000.	53
4.1- Urbanização de favelas em São José dos Campos	55
4.2-Remoção de favelas	57
4.3- Santo André: localização e caracterização	61
4.3.1- Santo André: urbanização de favelas	62
4.4- O Programa Habitacional do poder executivo municipal de São José dos Campos ...	67
4.5- O município e os segmentos populacionais de baixa renda: o depauperamento desses segmentos	68
4.6- O déficit habitacional da população de baixa renda: a intervenção do poder público.....	70
4.7- O Programa habitacional para a população de baixa renda	72
Capítulo 5- Campo dos Alemães: um estudo de caso	76
5.1- Versão dos moradores sobre a origem das terras conhecidas como Campo dos Alemães.....	7

5.2- Versão oficial da Prefeitura Municipal de São José dos Campos sobre a origem das terras conhecidas como Campo dos Alemães	76
5.3- Caracterização do bairro Campo dos Alemães	80
5.4- Análise dos Resultados da Pesquisa	86
Conclusão	95
Referências Bibliográficas.....	99

Lista de Figuras

Figura 2.1- Mapa de Localização Geográfica do município de São José dos Campos (ver anexo cap.2).....	17
Figura 2.2- Gráfico da População Economicamente Ativa.....	23
Figura 2.3- Gráfico de Incremento Intercensitário.....	24
Figura 2.4- Mapa de Distribuição da População do município de São José dos Campos segundo as Regiões Geográficas (ver anexo cap.2).....	24
Figura 3.1- Gráfico: Evolução do salário mínimo real e do PIB per capita.....	36
Figura 3.2- Mapa de Localização de Favelas- 1973.....	37
Figura 3.3- Mapa de Localização de Favelas- 1977.....	39
Figura 3.4- Mapa de Localização de Favelas- 1986.....	41
Figura 3.5- Mapa de Localização de Favelas- 1997.....	43
Figura 3.6- Gráfico: Déficit Habitacional.....	44
Figura 3.7- Evolução da População Moradora em Favelas: 1970 2000.....	46
Figura 4.1 Mapa de Localização do município de Santo André.....	61
Figura 4.2 Foto de rua urbanizada na área da Favela Tamarutaca em Santo André.....	64
Figura 4.3- Foto da imagem de escadaria interna da Favela Capuava em Santo André.....	65
Figura 5.1- Mapa de Localização da Área de Estudo: Campo dos Alemães.....	79
Figura 5.2- Foto: Reconhecimento da área do Campo dos Alemães.....	80
Figura 5.3- Foto: Início das Obras do Bairro Campo dos Alemães.....	81
Figura 5.4- Foto: Reunião com futuros moradores.....	82
Figura 5.5- Foto: Anúncio do Loteamento.....	83

Figura 5.6- Foto: Cadastramento dos futuros moradores.....	84
Figura 5.7- Foto: Cadastramento dos futuros moradores.....	85
Figura 5.8- Foto: Vista Parcial do bairro Campo dos Alemães1990.....	86
Figura 5.9- Gráfico: Número de pessoas pordomicílio.....	87
Figura 5.9.1- Foto: Vista Parcial do bairro Campo dos Alemães-990.....	88
Figura 5.9.2- Gráfico: RendaFamiliar.....	89
Figura 5.9.3- Foto: Vista parcial do bairro Campo dos Alemães-001.....	90
Figura 5.9.4- Foto: Vista parcial do bairro Campo dos Alemães-2001.....	92

Lista de Tabelas

Tabela 2.1- Evolução Populacional do município de São José dos Campos de 1970-2000.....	2
5	
Tabela 2.2- Participação da População do município no Vale do Paraíba e no Estado de São Paulo.....	2
6	
Tabela 3.1- Relação entre a população total e a população favelada de São José dos Campos de 1970-2000.....	33
Tabela 3.2- Taxa de Crescimento Populacional do município de 1970-2000.....	47
Tabela 3.3- Quadro de Localização das Favelas de São José dos Campos-2000.....	51/52

Introdução

Esta é uma Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional realizada na Universidade do Vale do Paraíba no período de março de 1999 a outubro de 2002, sobre as políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no município de São José dos Campos - SP, destacando as subcondições de moradia, centrando os estudos numa análise comparativa entre o bairro Campo dos Alemães e a dinâmica da urbanização industrial da cidade.

Esta dissertação esteve sob a orientação, primeiramente, do Prof. Dr. Valdevino Kron, no período de março a dezembro de 1999. Em seguida, sob a orientação do Prof. Dr. José Oswaldo Soares Oliveira no período de agosto a dezembro de 2000. Sob a orientação da Prof^a. Dra Sandra Mara Ortogosa entre os períodos de abril a dezembro de 2001, quando realizou-se o exame de qualificação em junho de 2001, com a participação das Prof^{as} Dr^{as} Sandra Maria Fonseca da Costa e Maria de Lourdes Neves Oliveira Kurkdjian. Esta dissertação esteve sob a orientação, novamente, do Prof. Dr. José Oswaldo Soares Oliveira, desde fevereiro de 2002.

Para a análise do padrão de vida dos trabalhadores em São José dos Campos, destacou-se a questão da moradia, pois entende-se que este, é considerado como um dos elementos relevantes para analisar as condições de sobrevivência e reprodução da população brasileira.

**

A preocupação com este tema surgiu a partir de contatos com a população do bairro Campo dos Alemães. Por quase uma década, pudemos verificar as dificuldades no cotidiano dos moradores num bairro distante da região central, sem infra-estrutura básica, vivendo em má condição de habitabilidade e com a precária qualidade de vida urbana, expresso pela ausência de equipamentos urbanos durante longo período da década de 90.

No capítulo cinco, desenvolve-se esta análise apontando o patamar de qualidade deste bairro, diante da urbanização industrial de São José dos Campos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto das políticas públicas do poder executivo municipal no tocante à tendência de remoção dos moradores de favelas das áreas mais centrais, deslocando-os para a periferia. Os estudos destacaram as subcondições de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores em São José dos Campos, abordando o período de 1970 a 2000, bem como, no tocante às famílias removidas para o bairro Campo dos Alemães como um bairro segregado na urbanização de São José dos Campos.

Compõem os objetivos específicos desta dissertação: a) comparação entre o quadro de subcondições de moradia anterior e atual, no que se refere às alterações no padrão de vida desses moradores; b) verificação dos critérios de escolha pelo poder público municipal, da localização do bairro diante da mancha urbana joseense; c) conhecer o perfil sócio-econômico desses moradores e o grau de satisfação dos mesmos em relação à atual moradia; d) avaliar até que ponto houve ou não alguma melhoria no padrão de vida desses moradores, mediante a questão da moradia urbana; e) analisar a relação da localização sócio-espacial com outros dados como, por exemplo, a infra-estrutura básica existente, a renda familiar, a renda dos chefes de família, e o município de origem; f) Diagnosticar as condições de habitabilidade dessas moradias, estabelecendo algumas relações com a política adotada pelo poder municipal na área de habitação popular; g) identificar como os moradores reagem às ações do Poder Público, mediante aplicação de um questionário com questões abertas.

O conjunto destas análises sob o ponto de vista da sociedade urbana-industrial de São José dos Campos, certamente, permitirá a elaboração de uma crítica mais consistente sobre as precárias condições de moradia e do baixo padrão de vida dos trabalhadores residentes no bairro Campo dos Alemães e, por extensão, da população trabalhadora, com perfil semelhante de renda e localização urbana. Ao questionar estes levantamentos diante de um quadro teórico exposto no capítulo 1 deste trabalho, estas análises críticas podem vir a contribuir para novas políticas públicas, principalmente, no âmbito da moradia social.

Importante expressar: a questão da moradia é compreendida por este trabalho acadêmico, como um dos meios de promover a inclusão social dessa população, possibilitando-lhe o exercício da cidadania. Esta perspectiva moveu e move a investigação.

**

A partir de pesquisas no IBGE, nas Secretarias de Obras e Habitação e de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e também na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) no ano de 2000, constatou-se a inexistência, praticamente, de trabalhos nesta abordagem, que analisam as subcondições de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores em São José dos Campos, decorrentes de políticas públicas pautadas na remoção de favelas. Portanto, acredita-se que esta dissertação contribua para expor uma constatação quanto a perda do padrão de vida nesta sociedade industrial sob a ótica da questão da moradia. (cf. cap.5)

Realizou-se, também, uma análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos (1992), no que diz respeito à questão da habitação popular. E ainda, desenvolveu-se um estudo sobre a Política Habitacional do Município e as Diretrizes Básicas para Habitação Popular na cidade (1997). Ambos contribuíram para saber qual era a ação do poder público municipal no sentido de responder quanto ao déficit habitacional do cidadão joseense de baixo poder aquisitivo. Pode-se observar no capítulo 4 desta Dissertação, estes apontamentos e também, uma análise dos Planos de Desfavelamentos do Município nos anos de 1977,1992 e 1997.

Após o estudo sobre a Política Habitacional do Município de São José dos Campos e sobre as Diretrizes Básicas para Habitação Popular, realizaram-se visitas ao acervo do Jornal Valeparaibano, a fim de pesquisar sobre as subcondições de moradia na cidade e as intervenções do Poder Público, destacando a perda do padrão de qualidade de vida dos trabalhadores no período entre 1970 e 2000.

A partir de 1990, a região do Campo dos Alemães, extremo sul da área central, foi escolhida pelo poder público municipal para remover os moradores de algumas favelas

como Santa Cruz e Banhado localizadas na valorizada região histórica central da cidade. Esta remoção veio atender aos anseios do próprio poder público municipal, para uma valorização do terreno e, também, do mercado imobiliário que queria a área *limpa* para investimentos futuros.

Esta dissertação contou ainda com um intensivo trabalho de campo. Desde 1990, vem se estabelecendo contatos com os moradores do bairro Campo dos Alemães, através de uma interação como professor de ensino fundamental e médio. Realizou-se, então, uma pesquisa instrumental no período de setembro a outubro de 2001. Além do que, este autor vivenciou em sua trajetória pessoal, parte, desta problemática, a partir do qual emergiram dúvidas e destas, questões e praticamente, as hipóteses deste trabalho.

A pesquisa de campo instrumental, no bairro Campo dos Alemães, contou com a colaboração de cinco alunos do Colégio Técnico Antônio Teixeira Fernandes (UNIVAP): Ana Paula Vilela, Filipe Eidi Takahashi, Gisele Walek, Pamella Luiza dos Santos Benedetto e Sérgio Takeo do Prado Kiguti. A pesquisa abrangeu um número de 20 famílias de um total de 200 famílias, residentes em favelas, na época.

Esta pesquisa de campo instrumental apoiou-se em questionários, cujos dados foram tabulados. As entrevistas foram realizadas com questões abertas, aplicadas aos moradores antes residentes, ambos nas favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz. A obtenção destes depoimentos serviu para compor a análise pretendida. Os resultados destes dados compõem as Fontes de Estudos, apresentadas ao final desta dissertação.

**

Como fontes de consultas primárias para este trabalho realizou-se um estudo sobre diversas obras, cujos autores abordaram a questão da subcondição de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores na sociedade urbana-industrial européia e no Brasil. Dentre eles,

podemos destacar: F. Engels E. J. Hobsbawn, L. Kowarick, M. Santos, L. Valladares, F. Villaça, N. Bonduki, entre outros.

Como fontes de consultas secundárias, pode-se destacar: a) documentos da Secretaria de Obras e Habitação da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, tais como: Diretrizes Básicas para Habitação Popular-1997; Subsídios para a Definição de uma Política Habitacional para o Município de São José dos Campos-1997; Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais- PEMAS- 1997; b) fotos cedidas pela URBAM-Urbanizadora Municipal do conjunto habitacional Campo dos Alemães, 1985/86 para ilustração do trabalho; c) mapa de zoneamento da cidade de São José dos Campos, destacando a ZEIS – Zona Especial de Interesse Social; d) fotografia aérea do conjunto habitacional popular, Campo dos Alemães, de São José dos Campos nos anos: 1973, 1988, 1997; e) artigos de jornais com matérias específicas sobre a questão habitacional em São José dos Campos e também sobre favelas.

Como fontes construídas pelo autor desta dissertação, pode-se destacar: a) elaboração de um questionário para a pesquisa instrumental; b) contatos com a população para aplicação do questionário em setembro e outubro de 2001; c) fotos do bairro Campo dos Alemães obtidas no trabalho de campo em 2001; d) mapa do crescimento de favelas no Município entre 1970 e 2000, apresentadas nos mapas de localização de favelas no capítulo 3 desta Dissertação.

**

Esta Dissertação organiza-se por esta **Introdução** cuja finalidade é apontar o objeto de pesquisa, os objetivos propostos e a hipótese que desencadeou esta pesquisa, indicando as referências teórico-metodológicas relevantes para a investigação, descrição e/ou explicação do objeto investigado;

Um **Primeiro Capítulo** cuja finalidade é traçar aspectos das concepções teóricas que possibilitaram fundamentar o desenvolvimento da unidade temática desta Dissertação.

As discussões sobre as subcondições de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores estão presentes nas obras de importantes estudiosos, como Engels e Kowarick.

Um **Segundo Capítulo** cuja proposição é apresentar a localização e a caracterização de São José dos Campos, bem como alguns aspectos sociais e demográficos, decorrentes da industrialização já destacando a área Campo dos Alemães;

Um **Terceiro Capítulo** cuja finalidade é apresentar um estudo sobre a localização e o crescimento de Favelas em São José dos Campos, entre os anos 1970 a 2000, concomitante ao período de crescimento industrial da cidade em mancha urbana;

Um **Quarto Capítulo** buscando apresentar uma análise dos planos de desfavelamento nos anos de 1977, 1992 e 2000 e, também, uma análise da política habitacional do município, estabelecendo algumas analogias entre as políticas públicas de São José dos Campos e de Santo André.

Um **Quinto Capítulo** visando realizar um estudo sobre a origem do bairro Campos dos Alemães, bem como a disposição dos moradores realizados pela Prefeitura Municipal e o grau de satisfação dos mesmos em relação às ações da Prefeitura no bairro.

Ao final, apresenta-se uma conclusão. Nesta, destaca-se o impacto da remoção das famílias moradoras de favelas de áreas centrais para o bairro periférico do Campo dos Alemães e a relação entre as subcondições de moradia e o padrão de vida dessa população na sociedade industrial de São José dos Campos. Aponta-se que o tema desta dissertação foi relevante, pois contribuiu para explicitar que a subcondição de moradia é um elemento que interfere na perda do padrão de vida da população.

Capítulo 1- Considerações Teóricas: Alguns Aspectos sobre o Padrão de Vida e as Subcondições de Moradia da Classe Trabalhadora na Visão de Importantes Estudiosos.

1.1 Preliminares

Neste capítulo, pretende-se abordar a questão das subcondições de moradia e o padrão de vida, a partir de apontamentos de importantes referências teóricas utilizadas neste trabalho. As argumentações sobre este tema, desenvolvidas por estudiosos como F. Engels, E. J. Hobsbawn, L. Kowarick, M Santos, F. Villaça, L. Valladares, E. Maricato, N. Bonduki, A. M.Rodrigues, M.R. Giacomini, entre outros, são consideradas fundamentais para a compreensão dessa questão no Brasil.

Primeiramente, elaborou-se uma exposição sobre diferentes representações para o conceito de favela, como subcondição de moradia, na visão de importantes autores que estudaram a questão no Brasil.

1.2 - Favela: diferentes abordagens para este conceito

Segundo Rodrigues (1989), o conceito de favela que se mantém, ao longo do tempo, é o que se refere aos seus ocupantes como proprietários ilegítimos da terra, ou seja, sujeitos de uma ocupação juridicamente irregular. Argumenta, ainda a autora, que a favela surge da necessidade do onde e do como morar.

A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação da força de trabalho no campo, que conduza a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e média para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto, bastando lembrar que o valor real do S.M tem sido extremamente depreciado (...). A favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora.

De acordo, ainda, com Rodrigues (1989), a preocupação e atuação do Estado nas favelas têm sido, ao longo dos anos, marcadas por duas propostas básicas: a) erradicação da favela, através da remoção dos moradores; b) a liberação da área antes ocupada para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados que interferem no preço da terra das imediações.

Neste sentido, Rodrigues (1989), afirma que a existência das favelas desvaloriza a terra das proximidades e que ao remover a favela, remove-se um dos obstáculos para aumentar a renda da terra e, ao mesmo tempo, leva “para mais longe” os seus moradores e sua pobreza.

Há também, ainda que não predominante tentativas de reurbanizar as áreas de favelas.

Taube (1986), citando Lúcio Kowarick, em seu livro: *De Imigrantes a Favelados*, argumenta que favela é uma situação irregular do ponto de vista legal, mas os favelados em nada se diferenciam da população de baixa renda existente na cidade. Portanto, são moradores que vivem em subcondições de moradia e, com um padrão de vida inferior devido às suas condições econômicas. No caso, padrão determinado pela própria localização urbana, em geral, implicando em dificuldades de acesso à saúde, educação, lazer.

Giacomini (1987), analisando o programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro, argumenta que a favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Segundo esse autor, não se trata apenas de uma questão de déficit de moradia ou da incapacidade de o mercado imobiliário (setores públicos e privados) produzir habitações em ritmo capaz de atender a uma camada crescente; mas a favela é o resultado, sobretudo, da **exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada**, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta, ainda, de uma situação na qual, o solo é

cada vez mais determinado pelo seu valor de mercado e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas e/ou em nome das camadas dominantes.

Blay (1978), em “Estudos sobre o fenômeno favela no município de São Paulo”, define favela como um agrupamento de barracos. Moradias de reduzidas dimensões, construídas com materiais inadequados (madeiras velhas, folhas de zinco, latas e até papelão), distribuídas irregularmente em terrenos com problemas legais quanto à propriedade e desprovidas quase totalmente de equipamento urbano como água encanada, esgoto, luz elétrica e de equipamentos sociais.

De acordo com o Projeto de Remoção de Favelas desenvolvida pela Secretaria do Bem-Estar – Departamento de Habitação e Trabalho – Divisão de Habitação – 1971 do município de São Paulo, a favela caracteriza-se como um aglomerado de barracos na zona urbana, localizados em geral em terrenos públicos ou em terrenos baldios de propriedade particular, compondo um complexo quadro de problemas de ordem social, econômica, sanitária e urbanística.

E, finalizando, tem-se a noção de favela para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-2000): favela é o conjunto constituído por mais de 50 unidades habitacionais — ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) — dispostas, em geral, de formas desordenadas e densas e carentes, na sua maioria, de serviços públicas essenciais.

Cabe ainda, uma pequena nota, apontando aspectos da origem da expressão Favela:

“Favela é o nome dado a um arbusto grande, cujas folhas provocam urticária, comum em regiões do sertão baiano e que já foi descrito por Euclides de Cunha em seu livro *Os Sertões*. Já a historiadora Sônia Zylberberg, no livro *Morro da Providência: Memórias da Favela*, afirma que o local onde as tropas republicanas ficaram instaladas em

Canudos era chamado Morro da Favela, onde o nome teve origem no Rio de Janeiro no ano de 1897". (Vale do Paraíba-Favela, Folha de São Paulo, SP, 2001-C5).

Por conseguinte, em 1897, com o fim da Guerra dos Canudos, soldados que retornaram ao Rio de Janeiro fundaram uma comunidade de casebres no então Morro da Gamboa e batizaram o lugar de Morro da Favela. Hoje, conhecido como Morro da Providência, está localizado atrás do prédio da estação ferroviária da Central do Brasil, no centro da cidade.

Destas colocações cabe retomar as falas de Giacominni explicitando a relação entre o déficit habitacional e a exploração econômica conforme vê-se a seguir.

1.3- As Subcondições de Habitação e o Padrão de Vida na Emergência da Sociedade Industrial Inglesa

Pretende-se, a seguir, abordar a questão das subcondições de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores na sociedade industrial inglesa entre os séculos XVIII e XIX, a partir de um breve apontamento de estudiosos como: F. Engels e E.J. Hobsbawn.

Segundo Hobsbawn (1981), no período da Revolução Industrial, o desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia.

Para Hobsbawn (1981, p.73), Nos países com uma carência aguda de capital, uma depressão dos padrões de vida populares era quase inevitável. Na melhor hipótese, portanto, devemos esperar que as melhorias no padrão de vida sejam muito mais lentas do que podiam ser, na pior, não devemos ficar surpresos de encontrar deterioração, comparado com o padrão de vida no campo naquela época.

Entre o começo da década de 1840 e o começo da de 1870, Hobsbawn (1981), afirma ser extremamente improvável um aumento marcante ou substancial do padrão de vida da maioria dos ingleses. Para ele, os dados de consumo e do desemprego apesar de não serem conclusivos, são tidos como evidências que não poderiam ser desprezadas. E acrescenta afirmando que o trabalhador era explorado pelo rico, que cada vez mais enriquecia, ao passo que os pobres ficavam ainda mais pobres.

Em comparação com atualidade, observa-se que a situação da classe trabalhadora de hoje não é muito diferente da classe trabalhadora da Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX. Há um baixo padrão de vida, dentre outros, em função da subcondição de moradia em que vivem e, também, de ter que trabalhar para expandir o processo de acumulação capitalista.

Nesse sentido, já no século XIX, Engels (1988), argumentava que a falta de habitação, que tem na imprensa um lugar tão destacado, não consiste no fato universal de a classe operária em geral viver em péssimas habitações apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente, ela não é sequer um destes sofrimentos próprios do moderno proletariado, distinguindo-o de todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de forma bastante parecida à todas as classes oprimidas de todos os tempos. Contudo, naquele período histórico, as condições de moradia se agravavam devido a concentração das populações na cidade: as aglomerações urbanas.

Esse autor afirmou (1988, p. 16), que para pôr fim a esta falta de habitação há apenas um meio: eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores que resultaram da repentina afluência da população às grandes cidades. É o enorme aumento dos aluguéis, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de até encontrar um alojamento. *“Não é a solução da questão da*

habitação que imediatamente resolve a questão social, mas é a solução da questão social, isto é, a abolição do modo de vida de produção capitalista que tornará possível a solução da questão da habitação”.

A espoliação urbana, para Engels, é uma das noções criadas para designar a forma de extorsão às classes populares no meio urbano, relacionando-se aos meios coletivos de consumo. Ela é um componente de um quadro mais amplo do processo de acumulação do capital e de depauperamento das classes populares.

1.4 -As Subcondições de Habitação e o Padrão de Vida na sociedade industrial brasileira: Uma Questão de Interesse Social

Pretende-se, a seguir, abordar a questão das subcondições de habitação e o padrão de vida dos trabalhadores brasileiros na sociedade industrial, a partir da visão de estudiosos, como, L. Kowarick, M. Santos, F. Villaça, N. Bonduki, E. Maricato, M.E.B. Spósito, entre outros.

Kowarick (1993), refletindo sobre a questão da habitação popular no Brasil, afirma que o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presentes numa sociedade plena de contrastes acirrados. Segundo este autor, pobre dentre os pobres, os favelados – camada superespoliada da classe trabalhadora – estão particularmente sujeitos aos usos e abusos de um sistema cujo crescimento tem se realizado através da exclusão daqueles que constroem riquezas que não são suas. Acrescenta, ainda, que o poder público impõe reformas, cujo custo está fora do alcance dos moradores mais pobres, forçando com isso, sua transferência para as áreas da periferia.

Por vezes, o próprio poder público assume o papel de transferi-los, relocá-los à periferia.

Esse autor define periferia (1993, p.35), como sendo: Aglomerados, distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.

Segundo Kowarick,(1993), o crescimento da metrópole — alicerçado na dinâmica do lucro que constantemente valoriza a terra urbana — tem tornado cada vez mais difícil aos favelados se fixarem em terrenos próximos aos centros de empregos. Por conseguinte, à semelhança da maioria dos trabalhadores, a tendência é, também, a expulsão dos favelados para a periferia, agravando ainda mais o quadro de exclusão desse segmento da população. Conclui que favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam a classe trabalhadora cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários.

Kowarick (1993), ao estudar as condições de vida da população paulista, demonstrou que, até os anos 30, as empresas resolviam em parte o problema da moradia através da construção de vilas operárias. Contudo, com a intensificação da industrialização, o número de trabalhadores cresceu, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares, razão por que as empresas transferiram o custo da moradia, conjuntamente aos gastos com transportes para o trabalhador e o problemas de infra-estrutura, para o Estado. Desse momento em diante, as vilas operárias tenderam a desaparecer e a questão da moradia passou a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

De acordo com Kowarick (1993), em 1931, foi realizado o primeiro congresso para se discutir e estudar a questão da habitação no Brasil. Em 1940, a casa na periferia era considerada uma alternativa ao cortiço, mas dependente de custos, distância do trabalho, salubridade, conforto e perspectiva para o futuro.

Dentro desse contexto, podemos também citar outros importantes autores que estudaram e/ou estudam a questão da urbanização e, por extensão, a moradia.

Para Santos (1994), as cidades são grandes porque há especulação e vice-versa. Há especulação porque há vazios e porque há vazios, as cidades são grandes. O modelo

rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso a terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem a periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento da mancha urbana.

Ainda de acordo com Santos (1994), a organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seu deslocamento, mas também porque os serviços e bens são dispendiosos nas periferias. Essa dinâmica fortalece os centros em detrimento das periferias num verdadeiro círculo vicioso.

Habitação Social, segundo Bonduki (1998), é a aquela produzida e financiada por órgãos estatais destinada à população de baixa renda e, num sentido mais amplo, inclui também a regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema do Estado e da falta de infra-estrutura urbana gerada pelo loteamento privado.

O autor afirma que o problema da habitação popular em São Paulo é simultâneo aos primeiros indícios de segregação social, quando surgiram as primeiras favelas em decorrência da resistência dos inquilinos em deixar as áreas mais centrais e mudarem-se para a periferia. A partir da década de 40, os primeiros núcleos de favelas surgem como consequência do despejo, da forte urbanização e da falta de alternativas habitacionais. Ao mesmo tempo, começam a surgir os loteamentos periféricos para atender às necessidades de moradia da população de baixa renda. De conformidade com Bonduki, desde o princípio do século XX já existiam relatos de trabalhadores que promoviam e construía, eles próprios, as suas moradias nos arredores da cidade de São Paulo, sobretudo na zona rural: o mutirão.

Já para Maricato (1997), o problema da habitação como questão social emerge no final de século XIX, com o acentuado crescimento urbano. O acesso à moradia está ligado ao seu preço que, por sua vez, depende da sua localização na cidade.

Peruzzo, (1994), outro estudioso dos problemas habitacionais brasileiros, em seu livro “Controle e Espoliação” (1994), relatou que a estocagem de terrenos urbanos que ocorre concomitantemente com o intenso crescimento da população urbana faz com que os preços dos lotes se tornem mais altos e, assim, escasseiem. Esta dinâmica faz com que as classes subalternas se localizem na periferia, fazendo a cidade crescer em extensão, bem como aumenta a população favelada.

Ainda de acordo com este autor, acumulação e cidade, periferia e favela são respostas ao mesmo processo da dinâmica das relações sociais, cimentadas pela ação do Estado, na qual o preço do solo resulta e determina a configuração do urbano.

Spósito (1996) argumenta, propondo uma outra forma de visualizar e definir periferia, que o crescimento das cidades tornou central a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando, ao seu redor, uma faixa nova considerada periferia. De fato, o trabalhador que recebe o piso salarial nacional não consegue alimentar devidamente sua família, o que dizer de ter acesso a uma moradia pela compra ou aluguel do imóvel.

A autora afirma, ainda, que o acesso a uma moradia decente não depende de se dar tempo para a construção de mais casas, mas de se poder pagar por elas. E, nesse sentido, a possibilidade de acesso à moradia, portanto, está subordinada à questão salarial.

Pode-se perceber no conjunto de análises desses autores, que a questão habitacional vem sendo discutida há décadas e tal é a sua importância que muitos autores, além de criticar a atuação do poder público, preocupam-se em apresentar propostas para a melhoria das condições de habitação da população espoliada.

Valladares (1979), por sua vez, afirmou que num sistema cujo modelo de crescimento da economia prevê a compressão salarial de forma que os salários são absolutamente insuficientes para garantir a reprodução da família trabalhadora, os loteamentos periféricos se apresentam para uma grande parcela da classe trabalhadora como uma possibilidade de resolver o seu problema habitacional.

Para Valladares (1979),

“É nesta situação, de salários achatados e insuficientes para pagar alugueis ou comprar moradias prontas, que a questão da habitação proletária vai encontrar uma alternativa de solução na autoconstrução, uma forma não capitalista de produção de moradias, que constitui uma resposta da classe trabalhadora ao empobrecimento crescente a que tem sido submetida”.

A autoconstrução é um processo penoso, moroso e descontínuo, resulta numa casa permanentemente inacabada e com precárias condições de habitabilidade e os loteamentos periféricos constituem a única alternativa habitacional para aqueles que recebem baixos níveis de remuneração.

Assim sendo, em função da escassez de equipamentos e serviços urbanos, o núcleo concentrador desses bens tem sido ocupado pelos extratos sociais de renda mais elevada, enquanto à classe trabalhadora resta a periferia e seus problemas”.

Para concluir este capítulo, recorreu-se a Bolaffi (1979), que numa crítica à atuação do Banco Nacional da Habitação, afirmou ter -se criado tal banco muito mais para atender aos requisitos políticos, econômicos e monetários dos Governos, que conduziram ao efêmero “milagre brasileiro”, do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação.

Desse modo, ainda segundo Bolaffi, a questão da habitação popular no Brasil permanece, portanto, como um dos problemas sociais mais graves e, ainda, distante de um enfrentamento mais efetivo.

CAPÍTULO 2 -Um Breve Diagnóstico do Município de São José dos Campos

Este capítulo tem por objetivo expor ao leitor sobre dados relevantes da cidade de São José dos Campos, a qual se está estudando. O capítulo aborda aspectos da localização geográfica, do perfil industrial e dos dados sociais e demográficos do Município. A leitura do capítulo contribui para o leitor compreender a relação existente entre industrialização, urbanização e o processo de favelamento em São José dos Campos.

Para a elaboração do capítulo, realizou-se em março de 2000, uma consulta do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1992) sobre a localização geográfica e sobre os dados demográficos do Município. Realizou-se também, uma pesquisa em junho de 2002 na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, sobre o perfil industrial do Município. Destacou-se na pesquisa, o número de indústrias no período de 1970 a 2000 e o número de funcionários das indústrias em cada década.

Há relação entre industrialização, urbanização e o processo de favelamento. Pois o baixo padrão de vida da população superespoliada economicamente, força-a a viver em subcondições de habitação. Essa relação, como já se apontou, estudada por Engels e Kowarick, pode ser também compreendida, em parte, através dos dados sobre crescimento de favelas, urbanização e industrialização em São José dos Campos, descrita no capítulo 3 desta dissertação.

2.1- Localização Geográfica

O Município de São José dos Campos está situado a Leste do Estado de São Paulo, ao longo do macro-eixo Rio São Paulo, no Médio Vale do Paraíba. No plano econômico, a

partir da década de quarenta e, sobretudo nos anos cinquenta, destacou-se entre os mais importantes dos 35 Municípios que compõem a Bacia do Paraíba do Sul. Dista 84km e 321km das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. (Ver mapa de localização em anexo. Fig. 2.1)

Faz divisa, ao Norte, com os Municípios de Camanducaia e Sapucaí Mirim, pertencentes aos Estados de Minas Gerais, cujo ponto extremo é de 22° 18' 36''. Ao Sul, com os Municípios de Jacareí e Jambeiro, cujo ponto extremo é 23° 18' 42''. A Leste, com os Municípios de Caçapava e Monteiro Lobato, cujo ponto extremo é 45° 43' 00''. E a Oeste com os Municípios de Igaratá, Joanópolis e Piracaia, cujo ponto extremo é 46° 6' 35'', estes últimos pertencentes ao Estado de São Paulo.

O Município ocupa uma área territorial de 1.102,05km². O perímetro urbano e o de expansão urbana legal perfazem áreas de 294,13km² e 126,25km² respectivamente, dados relativos ao ano de 2000.

Desde os anos 40, o Município de São José dos Campos vem apresentando expressivas taxas de crescimento demográfico e econômico, decorrentes do fenômeno da descentralização industrial da Região Metropolitana de São Paulo e da implantação da base tecnológica de aeronáutica brasileira na cidade.

A localização privilegiada junto ao Rio Paraíba do Sul, à antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, à Rodovia Presidente Dutra, bem como dos diversos entroncamentos rodoviários, ligando à Região de Campinas, Litoral Norte e ao Sul de Minas Gerais, contribuíram para que São José dos Campos se tornasse um grande pólo de atração industrial e, por conseguinte, uma das mais importantes cidades do Estado de São Paulo e do Vale do Paraíba.

O Município é cortado, no sentido Leste-Oeste pela Rodovia Federal BR-116 (Presidente Dutra), planejada nos idos de quarenta e ampliada em meados de cinquenta; e pela Rodovia Estadual SP-70 (Carvalho Pinto), planejada nos anos setenta e inaugurada nos anos noventa, responsáveis pela interligação da Região Metropolitana de São Paulo ao Vale do Paraíba; além da Rodovia SP-66, Estrada Velha Rio-São Paulo (datada dos anos 20).

São José dos Campos conta ainda com especial localização em relação aos dois maiores pólos turísticos do Estado. Dista 90km de Campos do Jordão, pela Rodovia Estadual SP-50, e 70km do Litoral Norte, pela Rodovia Estadual SP-99 (Rodovia dos Tamoios). Ambas rodovias cortam o Município no sentido Norte-Sul. Cabe ressaltar que estas ligações viárias permitem o fácil acesso ao Sul do Estado de Minas Gerais (SP-50) e ao Porto de São Sebastião. Este último, acessível através da Rodovia SP-99, o qual constitui importante centro de exportação da produção, por qual se faz o escoamento para todas as unidades litorâneas da Federação e para outros países.

Os dados do crescimento demográfico são expressivos. De uma população de 44.804 habitantes em 1950, o Município atingiu, em 2000, a cifra de 538.909 habitantes (Censo Demográfico de 1950 e Contagem Populacional de 2000). Este quadro conduziu a um processo acelerado de crescimento econômico e urbano, transformando a região de São José dos Campos em um aglomerado urbano de porte médio, conjuntamente com os Municípios de Jacareí e Caçapava. São José dos Campos passou a exercer um papel polarizador em relação aos demais municípios em função da maior concentração de indústrias, serviços, estabelecimentos de ensino e outras atividades urbanas, sobretudo após os anos setenta.

O renascimento econômico de São José dos Campos foi estimulado a partir da construção da Rodovia Washington Luiz em 1928, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, configurando-se na primeira ligação rodoviária de grande distância do País. Após ter vivido o apogeu agrícola, São José dos Campos inicia suas atividades industriais já no início da década de 20. A Tecelagem Parayba foi a primeira grande indústria a se instalar

na região, mais precisamente, em Santana, região norte da cidade. Para Oliveira, em Sant' Anna - evolução histórica e diretrizes urbanas, após a instalação da Tecelagem, ocorreram mudanças nos aspectos sociais e culturais de Santana: houve um incremento na vida do bairro, cresceu a população e mudou a base produtiva (...). Depois dela, surgem diversas outras empresas da indústria leve como têxteis, cerâmicas e de alimentos — esta última a partir da pecuária leiteira, que se torna predominante na região, assentadas próximas ao centro ferroviário. Este processo culmina com a instalação da Rodhosa nos idos de 40.

Em 1935, São José dos Campos é declarada Estância Hidromineral devido às suas condições climáticas ideais para o tratamento sanatorial da tuberculose. No entanto, as vantagens decorrentes dessa situação perduraram até a década de 40, quando mudam os tratamentos aplicados à tuberculose, que passam a ser mais ambulatoriais que sanatoriais.

2.2 O Perfil Industrial do Município de São José dos Campos

A industrialização no município teve início a partir de 1920 quando um conjunto de situações favorável contribuiu para a implantação das primeiras indústrias. Além da posição geográfica, dos acessos viários, outros fatores específicos como a concessão de incentivos fiscais concedidos pelo Poder Público foram um dos atributos fundamentais para o desenvolvimento industrial do município.

A vocação industrial do Município firma-se com a instalação de novas indústrias mais pesadas e complementares à base existente e de capital multinacional. A partir de 1942, implanta-se a Rhodia, para produção de fios sintéticos e rayon. Nos anos 50, com a abertura da Rodovia Presidente Dutra, um novo marco de infra-estrutura para as indústrias do país, deslocam-se para São José dos Campos novas fábricas de empresas atuantes na Capital, como é o exemplo da: Alpargatas, Matarazzo, Johnson & Johnson, Ericsson entre outras.

A localização privilegiada de São José dos Campos, somadas a áreas de extensos campos, atraiu também a atenção dos militares que, no período pós-guerra, finalmente conseguem verbas e apoio político para a montagem de uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área aeronáutica.

Com este novo perfil industrial, São José dos Campos começa a atrair novos empreendimentos ligados às atividades de tecnologia mais avançada, com ênfase militar, abrangendo outros municípios do Vale do Paraíba. A principal empresa desta nova fase foi a Embraer, criada em 1969. Na mesma época, também estavam se instalando ou já se haviam instalado a Amplimatic, a Avibrás, a Engesa e outras.

Nos anos 70, novos investimentos trazem outras empresas, ou mesmo a ampliação de empresas já existentes. No ramo automotor, a instalação da Volkswagen em Taubaté e a ampliação da fábrica da General Motors (GM), assim como a Eaton e Budy Tubing estabeleceu na região o maior pólo de material de transportes no Brasil. Na área de eletro-eletrônicos, destacam-se a Philips e a Hitachi, dentre muitas outras. Nesta década, o Município registrava 284 indústrias com 17.866 pessoas, das quais 53,1% encontravam-se nos ramos de transporte, química, vestuários, calçados e artefatos de tecidos. Neste ano a população moradora em favelas é da ordem de 1926 pessoas, ou seja, 1,3% da população.

Na década de 80, o principal investimento é de base estatal. A Refinaria Henrique Lajes (Petrobrás) tem suas obras iniciadas em 1975 e passa a funcionar em 1980, a partir das metas colocadas pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), gestão do Presidente Geisel. A instalação da refinaria da Petrobrás não trouxe nenhuma nova grande empresa correlata para São José dos Campos, uma vez que empresas como Rhodia e a Monsanto já estavam em atividade nesse período. No entanto, com a refinaria, a região se consolidou como importante pólo químico e petroquímico integrado. Nesta década, a cidade contabilizava 390 indústrias e 49.917 empregados. Neste ano a população moradora em favelas é da ordem de 3721 pessoas, ou seja, 1,6% da população.

A crise fiscal do Estado nas décadas de 80 e 90 e com a desmobilização do investimento privado, a economia industrial de São José dos Campos entra em fase de descenso. A redução de empregos industriais e o agravamento dos problemas sociais daí decorrentes atingem a população, criando novos problemas que a infra-estrutura de serviços públicos, já obsoleta, não consegue resolver.

O município adentra na década de 90 em uma nova fase de transição. Nesta década, a cidade contabilizava 628 indústrias com 61.532 trabalhadores, segundo fonte da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. No ano de 1993, a população moradora em favelas foi da ordem de 8299 pessoas, ou seja, 1,8% da população. Ainda na década de 90, ocorreram mudanças no perfil econômico regional: a terceirização. São José dos Campos sofre os efeitos desta nova fase.

Segundo a Secretaria Municipal de Obras e Habitação (1997), após ter vivido e liderado uma fase agro-cafeeira, entre 1886 e 1930 no Vale do Paraíba, para depois se transformar, a partir da década de 50, em um dos mais importantes pólos industriais do país, o Município de São José dos Campos toma o rumo da terciarização, ou seja, o seu crescimento é dinamizado pelo setor terciário da economia, (vide gráfico 2.1).

Em 2000, São José dos Campos, contabilizou 811 indústrias, empregando um total de 45.908 pessoas, segundo fonte da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Quanto à evolução das indústrias o maior número de pessoal ocupado foi em 1990, com 61.532 pessoas, tendo visto que nesta década, o município tornou-se o maior pólo industrial do Estado com 628 indústrias. A industrialização no município continua a apresentar um ritmo bastante acelerado de crescimento e desenvolvimento, embora já não apresente a mesma capacidade de absorção da mão-de-obra em relação ao ano de 1990.

O gráfico, a seguir, apresenta a distribuição da população economicamente ativa, segundo ramos de atividades.

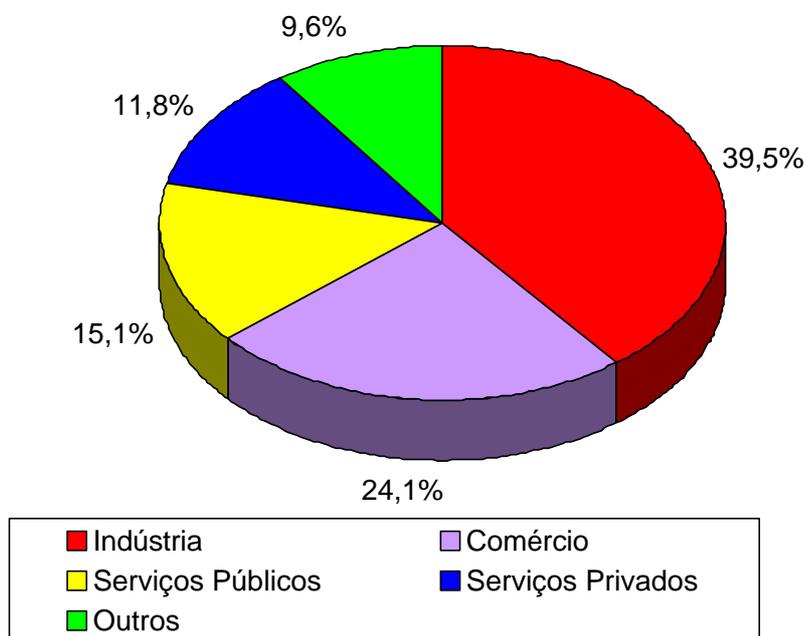


Fig 2.2 - Gráfico da população economicamente ativa segundo ramo de atividade.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos, 1997.

De acordo com o gráfico da população economicamente ativa segundo o ramo de atividade, observa-se que há um predomínio dessa população na atividade industrial, o que vem confirmar a cidade de São José dos Campos como um pólo industrial do Estado de São Paulo. Contudo, o setor terciário representado por 24,1% da população economicamente ativa, coloca a cidade em uma nova fase de transição. A soma das outras atividades exercidas pelos trabalhadores em São José dos Campos chega a 60,6%, ultrapassando a atividade industrial representada no gráfico da população economicamente ativa por 39,5% e confirmando a nova fase em que o município adentra no novo milênio, a terciarização. Importante reiterar: entre o ano de 1990 e o ano de 2000 há uma queda do número de empregos no setor secundário da ordem de 16.532, representando cerca de 26%.

2.3 Aspectos Sócio-Demográficos: um percurso para surgimento de favelas

A análise dos principais indicadores demográficos como o crescimento vegetativo e, principalmente, a taxa de migração revelou a dimensão do crescimento populacional do Município, ao longo do século XX. São José dos Campos tornou-se um importante pólo de atração populacional. No período cafeeiro, a população cresceu fundamentalmente por necessidade de braços para a lavoura.

No período de industrialização pesada a mão-de-obra veio predominantemente do Sul de Minas Gerais. Já nas décadas de 60 e 70, com os investimentos em infra-estrutura e obras públicas na região, pôde-se registrar grandes fluxos provenientes do Nordeste, que migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Anteriormente, a indústria conseguia absorver quase toda mão-de-obra disponível no mercado. Contudo, havia desemprego e, também, favelas. Nas décadas de 80 e 90, São José dos Campos teve um aumento considerável na população, de 287 513 em 1980 para 442.370 em 1991.

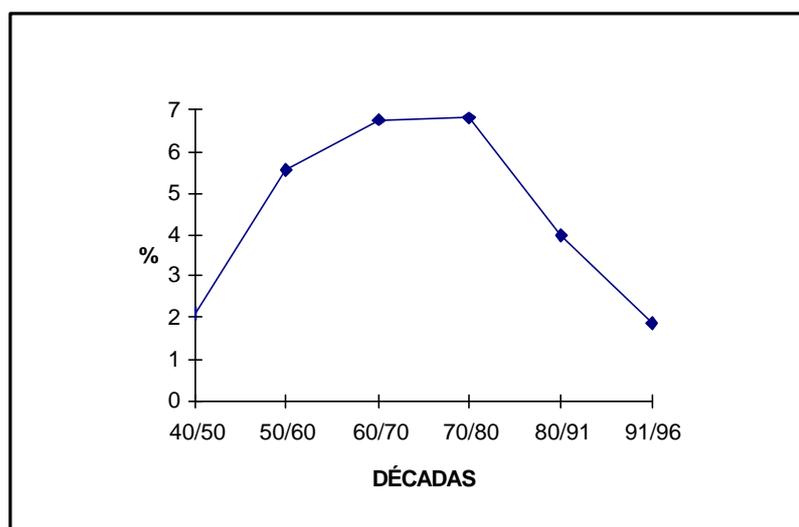


Fig. 2.3 Gráfico Incremento Intercensitário 1940 – 1996

Fontes: Censos Demográficos 1940-1991-IBGE; Contagem Populacional 1996-IBGE.

Nos anos 60, o crescimento populacional atingiu a marca de 5,5% a.a., o que leva à quase duplicação da população residente em dez anos. Nos anos 70, a taxa de crescimento foi ainda mais elevada, atingindo 6,6% a.a., muito acima daquela observada para o Brasil. A população do Município passou de pouco mais de 80 mil habitantes em 1960 para 285 mil em 1980. Porém, nessa última década, o crescimento populacional do Município ocorre de forma menos intensa em relação às anteriores, comportamento esse percebido nos resultados do recenseamento de 1991, quando se registra uma taxa de 3,99% a.a. **Mais recentemente, na Contagem Populacional de 2000 se registra uma taxa de crescimento populacional de 2,61%.** (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: Contagem Poulacional-2001)

TABELA 2.1 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO 1970 - 2000

ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANO	RURAL
1970	148.332	132.482	15.850
1980	287.513	276.901	10.612
1991	442.370	425.515	16.855
1996*	486.467	462.729	23.738
1997**	495.661	-	-
1998**	505.029	-	-
1999**	515.553	-	-
2000	538.909	532.403	6.506

Fontes: Censos Demográficos 1970 - 2000 - IBGE * *Contagem Populacional - 2000 - IBGE* **
Estimativa

O quadro na folha anterior deixa claro que, no curso dos últimos 30 anos, houve um acentuado crescimento populacional em São José dos Campos, além de comprovar que a grande maioria da população joseense é urbana. Faz-se necessário destacar que, desde os anos 40, o Município vem liderando, no índice de participação populacional, na estrutura demográfica da Região do Vale do Paraíba. Observa-se que a maioria dos joseenses vive na área urbana, pois a economia e a vida de São José dos Campos têm um caráter predominantemente urbano. A participação dos domicílios urbanos no total de domicílios supera os 96% mantendo-se neste patamar desde o início da década de 80.

A tabela 2.2 a seguir mostra a participação populacional do Município no Vale do Paraíba e Estado de São Paulo no de 2000.

TABELA 2.2: PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DO VALE DO PARAÍBA E DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2000 - FONTE: * CONTAGEM POPULACIONAL - 2000 - IBGE

	POPULAÇÃO	
	ABSOLUTA	RELATIVA - %
São José dos Campos	538.909	
Vale do Paraíba	1.793.014	27,4
São Paulo	34.120.886	1,4

Conforme análise demográfica regional da Fundação Seade sobre o Vale do Paraíba (1985), pode-se verificar que o Município de São José dos Campos apresentou nas décadas de 70 e 80 uma taxa de crescimento demográfico elevada (6,84), superior às taxas de crescimento populacional verificadas na região (3,72) e no Estado de São Paulo (3,49) Essa expansão demográfica acentuada ocorreu em função do crescimento econômico no eixo da Rodovia Presidente Dutra, a qual constitui a principal via de circulação entre as

duas principais metrópoles do país: Rio Janeiro e São Paulo. Esses fatores constituíram-se em pólo de atração de fluxos migratórios intensos, oriundos de outros estados (principalmente do Sul Minas Gerais, da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro e Norte do Paraná) e também de outras regiões do próprio Vale do Paraíba e do Estado de São Paulo.

Em 1980, para a Secretaria de Obras e Habitação, cerca de 45% dos habitantes da região do Vale do Paraíba não eram naturais do município em que residiam. Grande parte desse fluxo migratório afluíu à região em busca de melhores condições sociais de vida, movendo-se pela expectativa de inserção no mercado de trabalho local. Em São José dos Campos, os fluxos migratórios que, de início, concentravam-se em um ou dois bairros, por exemplo, em Santana na Zona Norte e na Vila Maria no centro da cidade; posteriormente, expandiram-se de tal forma que, atualmente, constituem a população predominante, miscigenada no município como um todo.

Os reflexos do crescimento demográfico em São José dos Campos intensificaram-se. Paralelamente, houve um acirramento da defasagem entre a oferta e a demanda de moradias no município. Os efeitos mais críticos dessa situação recaíram sobre os segmentos populacionais de menor poder de consumo, praticamente, sem rendimentos e, por conseguinte, contribuíram para a formação de favelas no município. É esta abordagem que se desenvolve no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - O Crescimento de Favelas em São José dos Campos no período de 1970 – 2000

Este capítulo tem por objetivo expor ao leitor um histórico sobre a origem e o crescimento de favelas no município de São José dos Campos, concomitante ao crescimento populacional e industrial da cidade. Para elaborar o capítulo, entrevistou-se, em 2000, o ex-secretário municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José dos Campos, Prof. Geraldo Vilhena, e, pesquisou-se também, em 2000, na Secretaria Municipal de Obras e Habitação, sobre o crescimento de favelas no período de 1970 a 2000. É importante registrar que nos dados na Fundação SEADE e no IBGE não contém registros da origem de favelas na cidade.

Segundo Geraldo Vilhena, ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José dos Campos (1968-1970, 1978-1982 e 1989-1992), em entrevista dada ao autor da dissertação em agosto de 2000, os primeiros núcleos de favelas surgiram em São José dos Campos, há cerca de 70 anos, na década de 30. Portanto, três anos após o início das primeiras atividades industriais na cidade, com a inauguração da Tecelagem Parayba (1927). A primeira favela a surgir na cidade foi o Banhado, em 1931; hoje, com o nome de Jardim Esperança. Em seguida, em 1932, surgiu a Linha Velha, conhecida hoje como Santa Cruz.

Nesse início, a favela em São José dos Campos se resumia a apenas alguns barracos e poucas famílias. Todavia, com o crescimento da cidade, a população também foi crescendo, principalmente, com migrantes vindos do Sul de Minas Gerais oriundos da desestruturação econômica agrária do Estado atraídos pelas oportunidades de emprego e melhores qualidade de vida. Nos anos 40, inicia o processo de instalação da Rhodia S/A na região de Santana, norte da cidade. Para Oliveira, a instalação da Rhodia em Santana, influenciou todo o quadro sócio-econômico de São José dos Campos, alterando inclusive, a

estrutura espacial do bairro. Influenciou também, a vida do bairro e exigiu grande número de trabalhadores.

Nesse período, São José recebeu não só uma migração de sua zona rural, mas também, de outras cidades da região da Serra da Mantiqueira e do Sul de Minas. Além de Santana, Alto da Ponte e Buquirinha foram os ‘ante portos’ daqueles que, vindos do Sul de Minas dirigiam-se à cidade. A Rhodia iniciou, também em São José dos Campos, o processo que consolidaria a formação de uma classe média estabelecida e, inclusive, de uma elite dirigente municipal. A presença da Rhodia interferiu nas condições de vida da população, ficando mais nítidas as diferenças sócio-econômicas dos diversos estamentos sociais.

Nos anos 50, verificou-se a instalação de outras indústrias como a Alpargatas, (calçados), a Johnson & Johnson (química) e a Ericsson, (eletrônica) colocando São José dos Campos como uma das principais cidades industriais do Vale do Paraíba, desencadeando em suas imediações e na própria cidade, um processo equivalente ao provocado pela Rhodia S/A em Santana.

Em 1970, São José dos Campos já possuía quatro núcleos de favelas com 430 barracos e um total de 1926 habitantes. Nesse período, há novos investimentos industriais no Município e há também a ampliação das indústrias já existentes, como por exemplo, As indústrias das áreas automotivas, como a General Motors em São José dos Campos e a Volkswagen em Taubaté, cidade vizinha (40km). Os novos núcleos surgidos, neste período, foram a favela do Vidoca e a da Vila Guarani. Enquanto que o Banhado e a Linha Velha se localizavam na área central da cidade, a favela do Vidoca se localizava na zona Sul, no Jardim Satélite, próximo à Rodovia Presidente Dutra.

A partir dos anos setenta, muda o perfil da migração para São José dos Campos. Além do Sul de Minas Gerais, pessoas de outras regiões do Brasil, como por exemplo, do Nordeste passam a residir na cidade. O Município chega em 1970 com um total de 148.332

habitantes. Um crescimento de mais de 100% da contagem populacional do ano de 1950. E no tocante às favelas, o crescimento entre 1950 e 1970, foi também, da ordem de 100%.

Na década de 80, São José dos Campos saltou para um total de 12 favelas, já espalhadas por todas as regiões da cidade, com um número de 870 barracos e 3721 moradores, vide cartografia (anexo 2). Um crescimento considerável e motivo de preocupação por parte do Poder Público Municipal. É nesse período, também que a cidade recebe novos investimentos de base estatal, como por exemplo, a Refinaria Henrique Lage, a Petrobrás. No final dos anos 80, São José dos Campos contabilizava 17 favelas, num total de 884 barracos e sem apresentar sinais de estagnação, quando a economia da cidade entra em descenso.

Já como uma das principais cidades do Estado de São Paulo, os anos 90 foram considerados um período de crise econômica, recessão, desemprego e inflação em todo o Brasil. São José dos Campos adentra em uma nova fase de transição, refletindo diretamente nas condições de vida população, que sentia uma queda considerável no seu padrão de vida, inclusive de sua classe média. Pode-se considerar que a década de 90 foi o período mais crítico no que tange ao crescimento de favelas em São José dos Campos, pois durante o ano 2000, a cidade atinge o total de 538.909 habitantes, com 9230 moradores de favelas, em 22 núcleos, 12 mil famílias nos 120 loteamentos clandestinos (IBGE-1999) e, também, cortiços. (Oficialmente, não há registros de cortiços cadastrados no IBGE e na Prefeitura Municipal da cidade).

Nas duas últimas décadas, o crescimento demográfico de São José dos Campos, aliou-se ao contexto mais amplo da economia brasileira: no país e na cidade, o crescimento econômico-industrial não significou, necessariamente, um aumento real na remuneração da população de menor poder aquisitivo, tampouco se traduziu em melhorias diretas e imediatas na qualidade de vida dessa população, pelo contrário, a qualidade de vida piorou muito em relação à que se levava anteriormente. E, mais, como já se apontou, o crescimento industrial não representou aumento do número de empregos. Ao contrário, este número caiu.

Como resultado desse quadro, São José dos Campos, possui hoje parte da população que sobrevive de atividades alternativas e/ou de sub-empregos e vive em condições materiais subumanas. Conseqüentemente, habitam sub-moradias, cortiços, favelas e outros aglomerados. A favela é um dos indicadores mais expressivos da queda do padrão de vida e da conseqüente remuneração precária da economia; mas estas condições de vida precárias estão presentes em diversos contextos da moradia urbana.

Segundo a própria Secretaria Municipal de Obras e Habitação da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (1997), com o intuito de suportar a alta do custo de vida, pode-se observar que houve um deslocamento de parte significativa dessas famílias para as áreas físicas mais desvalorizadas comercialmente e/ou para unidades habitacionais mais precárias. E também houve uma redução do comprometimento da renda destinada à habitação, principalmente para a habitação popular, fazendo com que houvesse uma diminuição da qualidade de vida dessas famílias.

O crescimento mais recente das favelas na cidade se fez mais por adensamento daquelas já existentes do que pela ocupação de novas áreas. Em 1.993 a cidade de São José dos Campos possuía 21 favelas com 1.874 domicílios, 8.299 moradores e, em 1.998, passou para um total de 25 favelas com 2.264 domicílios e 10.005 moradores, apresentando um aumento de 19% em relação ao número de favelas e 21% em domicílios e a população favelada. Ainda de acordo com a Secretaria de Obras e Habitação, o adensamento dificulta a prática da solução tradicional de urbanização das favelas (integração dessas habitações no contexto urbano), uma vez que o arruamento, sem outras providências de soluções implicaria na necessidade de remoção de parte dessa população.

Observa-se na realidade, que nesse discurso, a Prefeitura Municipal tem um Plano de Desfavelamento baseado na remoção dos moradores das áreas centrais para áreas mais periféricas. O discurso camufla os interesses imobiliários em torno de valorizar essas áreas

centrais para fins de especulação. As favelas das áreas centrais foram removidas para áreas mais periféricas da cidade (vide cartografia-mapa de localização de favelas).

Em 1970, segundo a Secretaria Municipal de Obras e Habitação da Prefeitura de São José dos Campos, cerca 1,3% da população do município morava em áreas invadidas. Em 1.990 esse número se manteve estável 1,2% e, hoje, este número subiu para 2,0%. Nesse sentido, tem-se: 60% da população favelada em áreas públicas e 40% em áreas particulares.

Abaixo, segue o quadro demonstrativo do crescimento das favelas em consequência do modelo de desenvolvimento econômico-industrial da cidade.

TABELA 3.1-RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO TOTAL E A POPULAÇÃO FAVELDA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1970-2000

Ano	População do Município	Número de barracos	Número de favelas	População residente na favela	Porcentagem de favelados em relação a população total
1970	148.332	430	04	1926	1,30
1973	156.223	453	05	2029	-
1975	164.534	570	06	2553	1,34
1977	173.287	841	12	3643	-
1980	287.513	870	06	3721	1,29
1981	302.808	924	09	4561	-
1982	318.917	678	07	3321	-
1986	410.915	884	13	3110	0,83
1989	423.207	-	17		1,18
1993	468.678	1874	21	8.299	1,78

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Habitação São José dos Campos-1997

1998	505.029	2.264	25	10.005	1,98
2000	538.909	2084	22	9130	1,69

A tabela 3.1 mostra a relação entre a população total e as favelas de São José dos Campos sendo completado pelo autor dessa dissertação, para análise e compreensão do crescimento das favelas na cidade de São José dos Campos no período de 1970 a 2000.

Observa-se, que de fato, há um crescimento populacional em São José dos Campos, principalmente, no período de 1980 a 1993, quando a população salta de 287.513 para 468.678, respectivamente. Paralelo a esse crescimento populacional, as favelas também apresentaram um crescimento muito grande, um aumento de mais de 200% e espalharam-se por todas as regiões da cidade. São José dos Campos, sendo um pólo industrial do Estado seguirá a tendência do processo de urbanização brasileira, resguardadas proporções, semelhantes a outros centros, como Campinas.

Houve, em São José dos Campos, um crescimento econômico muito grande nos anos 70 e 80, devido à condição da cidade ser um pólo industrial do Vale do Paraíba. Concomitante a esse crescimento econômico aumentou também, as favelas e a população favelada. Em 1980, a população favelada era de 3721 e, já em 1993, essa população chegou a 8299 pessoas, um aumento de mais de 100%.

No período compreendido entre 1993 e 2000, a população joseense não apresentou um aumento tão significativo quanto na década anterior, assim como, as favelas e a população favelada não sofreram tanta alteração quanto antes, Mas o problema persistiu e ainda persiste.

Existe uma crise habitacional no município decorrente de uma outra crise: a econômica. A crise econômica foi sendo agravada pelas Gestões Municipais, pois com a política de industrialização vigente, agravou-se o déficit habitacional. Observa-se que o perfil econômico de São José dos Campos está voltado para as grandes empresas, com pouco apoio às pequenas empresas, que muitas vezes são obrigadas a fecharem por falta desse apoio.

As grandes empresas exigem cada vez mais, uma mão-de-obra totalmente qualificada. Contrastando com a baixa qualificação da mão-de-obra de muitos trabalhadores joseenses, em parte, as empresas buscam de fora do país os recursos

humanos de precisam. Isso contribui para um aumento do número de desempregados, que reflete diretamente, no padrão de moradia desses trabalhadores. O Poder Público Municipal não tem os recursos e meios para resolver os problemas habitacionais da cidade, mas, também, não pode estar omissa em relação a essa questão.

Devido ao grande crescimento do problema de moradia e do número de favelas em São José dos Campos, o discurso da atual administração, foi o de buscar soluções para resolver os problemas de habitações advindos do crescimento desordenado da cidade e da crise econômica pela qual o país passa, como por exemplo, a construção de casas populares em conjuntos habitacionais na periferia da cidade. Observa-se que esses interesses estão atrelados a uma “higiene do espaço”. Removendo a população favelada das áreas centrais, há uma atenuação do impacto da crise habitacional visível à todos, mas não a solução. Foram criados alguns projetos denominados D. Pedro I e D. Pedro II e loteamento Campos dos Alemães, nos quais ofereceu-se um número de 3535 casas e 3600 lotes para a população de baixa renda cadastrada. No entanto, a demanda ainda é bem maior que os recursos disponíveis.

Com base na evolução da população moradora nas favelas em comparação com a população total do Município (**tabela 3.1**), observa-se que, no período de 1970 a 1980, esta relação se manteve estável e, no período após 1990, houve incremento constante da população favelada em comparação com a população total.

Sem uma política habitacional voltada para a população de baixa renda, principalmente para a população favelada, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos ignorou a questão de um possível aumento das favelas no Município. Por outro lado, o padrão de distribuição de renda brasileiro, tendeu a partir dos anos setenta, a sofrer gradativamente uma desvalorização, culminando no estado de pobreza em que a maioria da população vive hoje. De fato, o poder de consumo dos trabalhadores foi decaindo ao longo dos anos, dificultando o acesso à moradia. O salário mínimo no Brasil em dólar também tem sofrido uma queda ao longo dos anos refletindo no baixo padrão de vida dos trabalhadores. Por exemplo, de acordo com a Fonte Rede Brasil, o salário mínimo nos anos

40 era de U\$ 180, caindo para U\$ 90 em 1950 e para U\$ 41, 42 em 1970. É possível acompanhar através do gráfico abaixo, a evolução do PIB per capita e a política de achatamento do salário mínimo adotada pelo governo a partir dos anos 50.

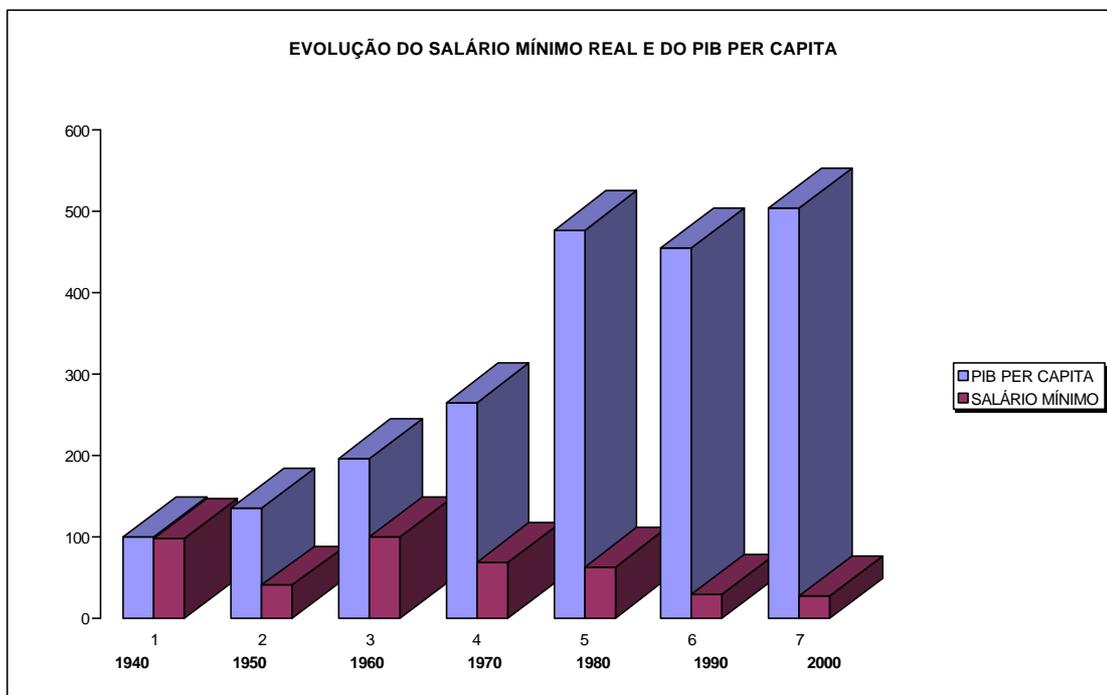


Fig. 3.1- Gráfico: Evolução do salário mínimo real e do PIB per capita

Fonte: DIEESE

Nota: O Brasil, apesar de apresentar um elevado crescimento do PIB per capita desde os anos 40, é um país que tem uma das piores distribuições de renda do mundo. A partir dos anos 50, em função dessa concentração de renda do país, o chefe de família perde o seu poder de consumo e deixa de ser o único a trabalhar e a “colocar dinheiro dentro de casa”. Mais membros da família começaram a trabalhar mais cedo para ajudar no sustento da casa.

3.1 Mapeamento das favelas do Município de São José dos Campos-1970-2000

A seguir será apresentado o mapeamento das favelas do município de São José dos Campos no período estabelecido do início dos anos 70 até o final dos anos 90. Com uma

população de 156.223 no início dos anos 1970, o Município possuía apenas 04 núcleos de favelas, e a população favelada era de 1926 pessoas. Três dos quatro núcleos de favelas da cidade em 1970 localizavam-se no centro da cidade próximos uns dos outros.

Fig. 3.2 Mapa de Localização de Favelas 1973 (Ver anexo 1 a seguir)

Em 1977, o número de favelas na cidade triplicou, chegando a 12 núcleos. Por conseguinte, o número de barracos também aumentou consideravelmente, passando de 430 em 1970, para 841 e um total de 3643 moradores. Comparando os dois mapas de localizações, observa-se que as favelas em 1977, já não se restringem apenas próximos ou no centro da cidade, elas se espalharam para locais mais afastados.

Foi então, que a Prefeitura Municipal passou a preocupar-se com esses segmentos da sociedade e começou a elaborar projetos habitacionais, pois as favelas e seu crescimento tornaram-se um problema que precisava ser combatido, sob a óptica oficial. Um grande exemplo disso foi a construção do Conjunto Habitacional São Judas Tadeu em 1976, para a remoção de algumas famílias moradoras de favela do centro da cidade, mais precisamente, da favela Linha Velha, para a liberação da área para a construção da Avenida Teotônio Vilela, (Av. Fundo do Vale) e para a construção do atual prédio da Prefeitura, o Paço Municipal.

Para fazer isso, o então Prefeito o Sr. Sérgio Sobral, removeu cerca de 150 famílias para o recém construído Conjunto Habitacional São Judas Tadeu. Mas foi uma remoção parcial. As famílias que ficaram foram escondidas por um muro, conhecido na época, por o “muro da vergonha” (ver foto abaixo).

Fig. 3.3 Mapa de localização das favelas 1977 (Ver anexo 2 em seguida)

No início dos anos 80, com o problema da falta de habitação, que atendesse à demanda geral e à população favelada, a cidade continuava a apresentar um crescimento considerável no número de favelas, que podem ser observados no mapa de localização na próxima página. Em 1986, São José dos Campos, conta com 13 núcleos de favelas, 884 barracos e 3110 moradores.

Como não houve alternativas adequadas para a problemática da população favelada nos anos 70, talvez, por não receberem a importância que deveriam, o Poder Público Municipal tem agora um problema ainda maior para resolver: Evitar a proliferação dos núcleos de favelas na cidade e, conseqüentemente, o número de favelados. Há uma desconexão entre as alternativas de crescimento econômico, as opções de crescimento econômico e a 'sorte' da população.

O crescimento das favelas em 1986 é tão visível que ultrapassa os limites centrais da cidade. Já se observam favelas fora do perímetro urbano do Município. Continuar removendo as famílias de seus locais para outros mais distantes, sem dar a devida assistência, parece ainda ser o lema da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

A exclusão sócio-espacial oriunda do modelo econômico vigente, do perfil produtivo industrial atrelado à baixa remuneração, foi acirrado pelo Poder Público Municipal e, já não é mais possível mascarar esta realidade para a sociedade. O que se observa, é a nítida exclusão social, espacial, cultural e econômica dessas pessoas para atender os interesses do segmento com maior poder decisório na gestão pública, como o do mercado imobiliário.

Nesse período, devido a uma determinação do poder executivo municipal de não proliferação de favelas, alguns funcionários da fiscalização faziam ronda pelo município para não deixar formar núcleos, principalmente, na região central da cidade. Havia uma escala de fiscais para saírem à noite e se percebessem qualquer construção de barracos, eles avisavam imediatamente a polícia para as devidas providências. Nota: Esta informação

foi transmitida em entrevista em setembro de 2001 e ratificada em novembro de 2002 pelo funcionário João Roberto Barreto da área de pesquisa da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, que na época era fiscal e fazia ronda noturna pela cidade.

O ano de 1986 foi de muita transição no poder executivo municipal de São José dos Campos. O prefeito eleito o Sr. Robson Marinho renunciou para concorrer a outro cargo político assumindo em seu lugar, o vice-prefeito o Professor Hélio Augusto de Souza, que faleceu neste mesmo ano. Assumiu, então, a Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Antônio José Mendes de Faria, dando seqüência à política de não proliferação de favelas.

Fig. 3.4 Mapa de localização das favelas – 1986 (Ver anexo 3)

Na década de 90, sem apresentar sinais de estagnação, São José dos Campos ainda continua tendo um crescimento contínuo em núcleos de favelas. Em 1993, são 21 núcleos com 1874 barracos e em 1998, já são 25 núcleos com 2264 barracos e uma população de 10.005 habitantes.

Apesar dos investimentos da Prefeitura Municipal no sentido de erradicar as favelas da cidade, através do Plano de Desfavelamento baseado na remoção, no ano 2000 a cidade de São José dos Campos conta com 22 núcleos com 2084 barracos e uma população de 9.230 moradores. Além das áreas centrais continuarem com núcleos de favelas, há núcleos de favelas espalhados por toda a cidade, como pode ser observado no mapa de localização de favelas no ano de 2000. O mapa deixa claros os limites do próprio Poder Público Municipal em resolver a questão da moradia popular na cidade, sob o ponto de vista social e inclusive mediante a óptica imobiliária.

Fig 3.5 Mapa de localização de favelas 1997 (Ver anexo 4)

De acordo com os levantamentos realizados pela Secretaria de Obras e Habitação do Município de São José dos Campos, seriam necessárias 2.264 unidades habitacionais para atender os favelados e 28.680 moradias para atender demanda geral do município. Isto, se descontar o número de moradias em loteamentos clandestinos e ou irregulares na ordem de 4.371. As dimensões da carência habitacional podem ser visualizadas através do gráfico da figura 3.5 abaixo:

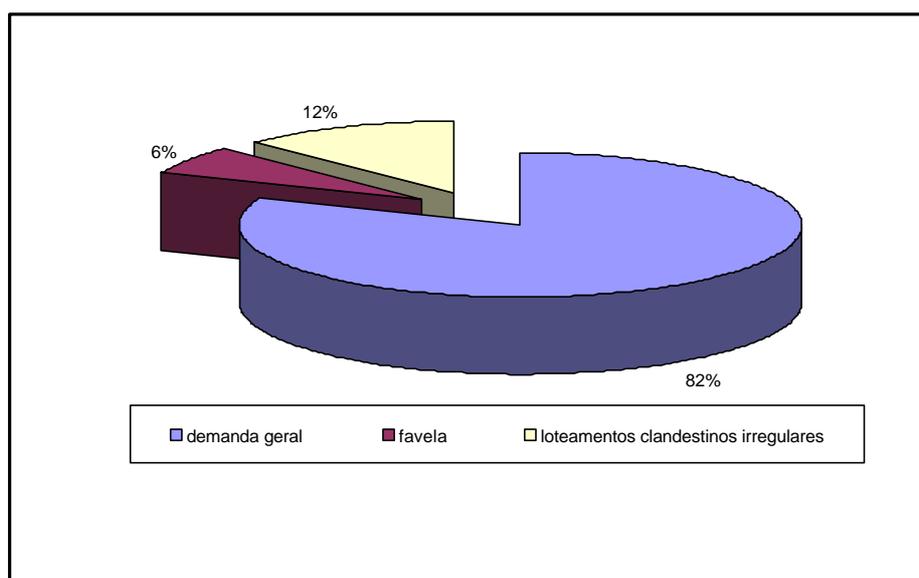


Fig. 3.6 - Gráfico Déficit Habitacional.

Fonte: Secretaria de Obras e Habitação da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (1997).

A análise da evolução das carências habitacionais no Município de São José dos Campos mostra que, 82% do déficit habitacional é de demanda geral, 12% para loteamentos clandestinos e 6% para moradores de favelas. Se o problema, atualmente, já tem proporções significativas, deve-se considerar que, se não houver uma atitude para reverter essa tendência, esse problema poderá crescer ainda mais no futuro.

Atualmente, apesar da cidade ter retomado um crescimento populacional mais controlado, o município não tem oferecido tantos empregos como em anos anteriores. Isso

explica o fato da crescente dificuldade de a população ter acesso à moradia, comparativamente à década anterior a setenta.

3.3 - Favelas: Dados do Problema

A dimensão do problema, conforme o gráfico 3.6, deixa evidente que o Poder Público Municipal não tem condições para enfrentar todos os déficits de moradia, sobretudo, devido a outras prioridades da gestão municipal. Portanto, para complementar a caracterização do problema, faz-se necessário analisar aspectos históricos do número de favelados no município e verificar se há tendência de agravamento do problema.

São José dos Campos apresenta um histórico de crescimento de favelas que vai do início dos anos 30 até o final dos anos 90 que é gradativo. Pouco a pouco, os núcleos vão se formando e se instalando, em áreas públicas ou em áreas privadas, até que a Prefeitura tome ciência do problema e crie alternativas para resolver a questão.

Observou-se através dos mapas de localizações de favelas, que São José dos Campos, teve um período mais crítico de crescimento dos núcleos, compreendido entre o final dos anos 80 e início dos anos 90. Entre estas décadas, a cidade conviveu com os reflexos do agravamento da crise econômica que o país estava passando, levando a uma queda no padrão de vida da população.

A partir de então, houve uma demanda muito grande por lotes populares. Demanda esta, não atendida pelo setor imobiliário. O município apresentava uma escassez de lotes urbanizados e moradias para a população de baixa renda. Por outro lado, havia um estoque de lotes urbanos de propriedade privada, cujo custo não era acessível para esta parcela da população. Sem condições de adquirir seu imóvel regularizado, esta parcela da população passa a contribuir para o aumento do processo de favelização na cidade.

No mapa abaixo, observa-se a evolução da população moradora em favelas em relação ao total de habitantes da cidade no período de 1970 a 2000.

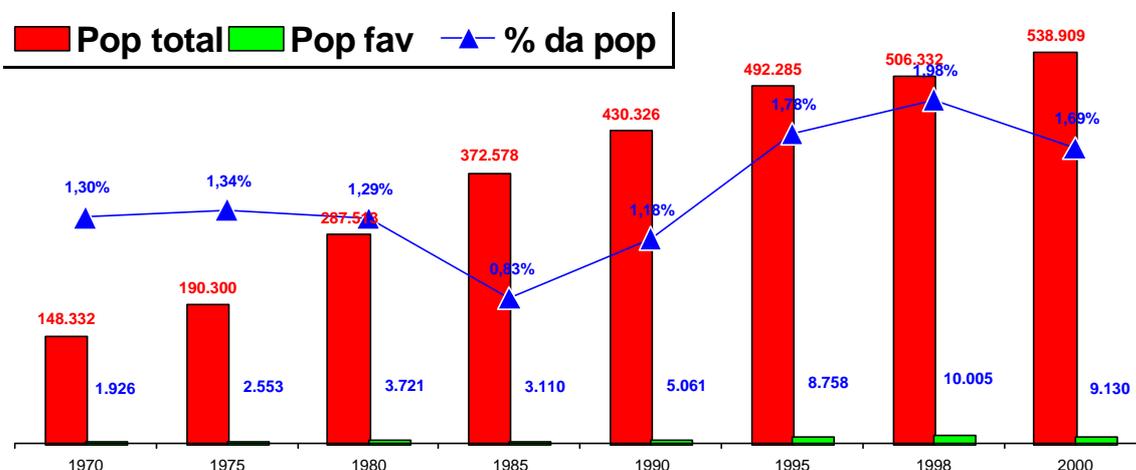


Fig. 3.7 - Evolução da população moradora em habitações-Favelas:1970-2000

Fonte Secretaria Municipal de Habitação e Obras de São José dos Campos-1997

De acordo com a figura 3.6, observa-se a evolução da população moradora em favelas no Município de São José dos Campos em comparação com a população total, no período compreendido entre 1970 a 2000.

Em 1970, São José dos Campos possuía 148.332 habitantes. Desse total, apenas 1.926 eram moradores de favelas, um porcentagem de 1,30% da população total. Já em 2000, com 538.909 habitantes, o Município passou a ter 9130 pessoas morando em favelas, uma porcentagem de 1,69% da população.

O ano mais crítico dessa evolução foi 1998, quando a população do Município chegou a 506.332 habitantes. Desse total, 1,98% eram moradores de favelas, ou seja, quase 2% da população do município, um total de 10.005 pessoas estavam morando em favelas.

Atualmente, após algumas tentativas de enfrentar o problema da crise habitacional, o Poder Público Municipal terá que reavaliar as suas ações, para que o Projeto de Desfavelização proposto que é o de remoção desses moradores para locais distantes, segregando-os social e espacialmente, não se agrave e se transforme num colapso social

A tabela abaixo, mostra a taxa de crescimento populacional do Município de São José dos Campos entre os anos de 1970 a 2000.

TABELA 3.2 TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DE 1970 –2000

Ano	População Total	Taxa Populacional
1970	148.332	1,3% de crescimento
1975	164.534	1,4% de crescimento
1980	287.513	(até 1991) 4,9% de crescimento
1991	442.370	
1992	455.773	3,3% de crescimento
1993	468.678	2,83% de crescimento
1994	480.630	2,55% de crescimento
1995	492.285	2,42% de crescimento
1996	486.167	1,18% de crescimento
1997	497.462	2,26% de crescimento
1998	506.332	1,75% de crescimento
2000	538.909	2,61% de crescimento

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos – 2000

A partir da análise do gráfico acima, observa-se que a população de São José dos Campos apresentou a menor taxa de crescimento em 1996. Os números da estimativa mostram um crescimento de 1,18% em relação ao período de 1970 a 2000. Até então, o menor percentual de crescimento populacional registrado pela na cidade tinha sido de 1970, com 1,3%.

Entre 1980 e 1991, o Município teve uma taxa de crescimento populacional de 4,9%, o que vem apontar que nesse período, a população aumentou assustadoramente, seja pelo crescimento vegetativo, seja pela taxa de migração. De 287.513 habitantes em 1980 para 442.773 habitantes em 2000. Foi nesse período, principalmente o final dele, que São José dos Campos com uma população numerosa, começa a sentir os sinais da crise econômica, política, social e, principalmente habitacional que o acompanhará por muitos anos. São José dos Campos, atualmente, (2000) possui 22 núcleos de favelas, resultando num total de 2077 famílias. A população favelada corresponde a 9.230 habitantes, ou seja, 4,44 pessoas/família. E, em virtude disso, a gestão vigente,

3.4 - A busca de soluções para o problema habitacional

Segundo o discurso oficial da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, o problema habitacional do município se agrava não apenas por causa do aumento da população favelada, mas também por determinadas características desse incremento.

Assim, se por um lado, as favelas instaladas em áreas públicas apresentam a solução de um processo de desafetação que as transforma em áreas domiciliares que podem ser cedidas; por outro, tem-se a dificuldade de uma possível resistência do entorno ou a dificuldade para que o Poder Público obtenha outras áreas para os usos previstos. Também há dificuldades devido às condições precárias dos terrenos e a conseqüente localização de moradias em terrenos de grandes riscos ambientais. Parte das favelas se encontra em áreas

de proteção ambiental. As áreas de proteção ambiental do município representam 62% de sua área total, tendo sido detectados 17 loteamentos clandestinos nestas áreas, no ano de 1997. Necessário destacar, há loteamentos irregulares ou em áreas impróprias, também pertencentes às elites, como o caso do Esplanada do Sol, construído em Área de Proteção Ambiental (APA).

Com esse discurso, o Poder Público Municipal se exime de sua responsabilidade perante a população sobre uma questão tão séria que é a habitação. É um discurso que atende aos interesses de uma classe. Prefeitura e Mercado Imobiliário, ambos querendo desfavelizar as áreas centrais para investimentos futuros.

Entre as décadas de 40 e 70, os trabalhadores tiveram relativo acesso à casa própria, graças a grande oferta de lotes populares por um mercado fundado, principalmente no parcelamento clandestino de glebas rurais. Entretanto, a partir dos anos 70, em função do preço da terra e da redução dos salários reais, o lote urbano tornou-se cada vez mais inacessível.

Para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos atualmente, o custo da nova habitação está ainda mais caro em função do aumento do custo de construção e, principalmente, pela escassez de terras urbanizáveis; além disso, os terrenos ainda disponíveis, por não serem apropriados à construção, demandam maiores investimentos de preparo e de infra-estrutura. Somam-se a isso as distâncias cada vez maiores que a população deverá percorrer entre bairros e centro da cidade, no caso de sua remoção para novos conjuntos habitacionais, implicando custo para esta população e ônus para o sistema de transporte. A remoção de famílias moradoras nas favelas de São José dos Campos tem-se tornado impraticável, dado que os custos sociais e financeiros seriam altos para a atual lógica da gestão pública.

Se, por um lado, a gestão pública busca consolidar um programa de desfavelamento das áreas centrais, por outro, a mesma gestão foi estabelecendo uma prática de melhorias

em infra-estrutura pública: água, esgoto, asfaltamento, energia elétrica, e outras, para garantir a permanência no local dos moradores removidos, para esta periferia.

Contudo, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos mostra-se incoerências em seu discurso. O objetivo é eliminar o que está incomodando: praticar, através do programa de desfavelização, a remoção dos moradores dos locais onde se encontram para outros mais distantes este é o cerne da questão. Portanto, a Prefeitura reforça e agrava a segregação sócio-espacial no Município.

TABELA 3.3 QUADRO DE LOCALIZAÇÃO DAS FAVELAS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 2000

Nº	Favelas	Região	Endereço	Nº de Moradias	Nº de Moradores
1	Vila Santa Cruz I	Centro I	Av. Teotônio Vilela	254	1080
2	Vila Santa Cruz II	Centro I	Av. Teotônio Vilela	78	322
3	Vila Santa Cruz III	Centro I	Av. Teotônio Vilela	84	341
4	Jd. Nova Esperança	Centro I	Av. São José (Banhado)	283	1302
5	Jd. das Indústrias	Centro I	Av. Corifeu de Azevedo Marques	56	235
6	Vila Abel	Centro I	Travessa Ozanã	29	128
7	Vila Guarani	Centro II	Ao lado da Vila Guarani	26	140
8	Caramujo	Centro II	Prox. Rod. dos Tamoios	11	68
9	Chácaras Reunidas	Sul	Rua Miracema	127	702
10	Recanto Verde	Sul	Av. Salinas	69	281
11	Rio Comprido	Sul	Avenida 1	371	1661
12	Antonio Aleixo	Sul	R. Antonio Aleixo da Silva	24	104
13	Praça Natal	Sul	Praça Natal	17	61
14	Vila Rhodia	Norte	Av. Pedro Rachid-Santana	117	541
15	Vila Sinhá	Norte	Av. Conde Francisco Matarazzo	48	220

16	Vila São Sebastião	Norte	Estrada Vargem grande	50	250
17	Vila Machado	Norte	Av. Rui Barbosa (ao lado da ponte)	17	75
18	Vila do Pena	Norte	Final da Av. Rui Barbosa	59	277
19	Jd. Nova Detroit	Leste	R. 15 Av. Marginal	123	503
20	Vila Nova Tatetuba	Leste	Av. Juscelino Kubitschek	170	686
21	Jd. Olímpia	Leste	Rua Caparaó	24	87
22	Vila Nova Renascer	Leste	Estr. Martins Guimarães	40	166
TOTAL				2077	9.230

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Obras de São José dos Campos-2000

Região	Número de Favelas	Número de Moradias	Números de Moradores
Centro	8	821	3616
Sul	5	608	2809
Norte	5	291	1363
Leste	4	357	1442
Total	22	2077	9230

Nota: O quadro acima foi elaborado pelo autor desta Dissertação

Capítulo 4- Planos de Desfavelamento do Poder Executivo Municipal de São José dos Campos –1977-1992-2000

Este capítulo apresenta aspectos sobre a questão da urbanização e remoção de favelas, a partir de estudos sobre Planos de Desfavelamento da Prefeitura Municipal de São José dos Campos nos anos de 1977,1992 e 2000. Há políticas distintas ao longo dessas gestões municipais. O capítulo apresenta também um estudo comparativo com o Programa de Inclusão Social para moradores de favelas do Município de Santo André, sob a gestão do Prefeito Celso Daniel (1997-2000), ambas no Estado de São Paulo. Para a construção deste capítulo, recorreu-se à Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos, ao Programa Integrado de Inclusão Social do Município de Santo André e, ao Trabalho de Curso sobre Santo André das alunas: Eliana Silveira e Silva e Maria Lúcia S.G.Alves da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Paraíba no ano de 2001.

A primeira ação documentada do Poder Público sobre as favelas em São José dos Campos ocorreu na década de 60. Mais precisamente, ocorreu em 1967, quando, o então prefeito da cidade, o Sr. Elmano Ferreira Veloso comprometeu-se em indenizar parte dos moradores da Favela Linha Velha, mediante sua saída do local para a construção da Avenida Fundo do Vale (ver anexo a seguir). Até esse momento, São José dos Campos não possuía um Plano de Desfavelamento, pois *aparentemente*, as favelas não constituíam um problema grave e público à cidade. Mas esta ação revela que o problema despontava. Parte da população foi removida para a zona periférica, longe do centro da cidade.

Já, em 1977, quando a cidade contabilizava doze núcleos de favelas, surgiu o Primeiro Plano de Desfavelamento elaborado por uma equipe técnica da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, liderado pelas sociólogas Maria Lúcia Braga Pereira e Dirce Facci Afini. Segundo esse Plano, havia uma intenção política de manter os moradores

de favela no próprio tecido urbano, sem transferi-los para a zona suburbana. Foi uma tentativa de urbanizar as favelas da cidade.

Mas, antes de ser colocado em prática, o Plano de Desfavelamento de 1977 tinha que passar pela aprovação do poder executivo municipal. Nesta época, o Sr. Ednardo José de Paula Santos estava à frente da gestão executiva do município. Em maio de 1978, a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Ednardo José de Paula Santos sancionou e promulgou a seguinte Lei: Lei nº 2007/78 que autoriza a constituição, instalação e funcionamento da Empresa Municipal de Habitação (EMHA).

No artigo 2º desta Lei, a Empresa Municipal de Habitação dentre as suas finalidades está: “planejar e executar programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações inadequadas ou de melhorias de emergência visando à assistência a seus moradores e à *higienização* das áreas ocupadas diretamente ou em conexão, ou mediante o convênio com organismos oficiais ou entidades particulares ligadas ao problema”.

Em tese, observa-se que o Plano de Desfavelamento de 1977 apresentou uma proposta de reurbanizar as favelas do município, apontando uma política com o mínimo de responsabilidade social. Contudo, na prática, os interesses imobiliários associados aos interesses dos dirigentes do poder executivo municipal estiveram acima dos interesses da equipe técnica que elaborou o Plano.

O número de favelados era de 3.643 moradores (Plano de Desfavelamento de 1977). Houve um aumento gradual, em cada biênio de, aproximadamente, o dobro da taxa anterior. Em 1979, segundo estimativas da Prefeitura, o aumento de favelados em relação a 1977 foi de 1892 pessoas. Diante desses números, segundo o Plano, o Poder Público teria que investir em habitação popular, para que no decênio seguinte o problema de favelas em São José dos Campos pudesse estar solucionado.

A remoção de moradores de fato da área central para a periferia, viria modificar e dificultar as suas vidas. A acessibilidade a equipamentos urbanos e sociais ficava mais difícil. A partir de então, esses moradores passavam a depender de transporte próprio ou coletivo para se locomoverem ou para o emprego ou para quaisquer outros afazeres no centro da cidade ou em outro local. O acesso à saúde, à educação e ao lazer, também ficava mais difícil. A população sentia-se *obrigada* a permanecer nessas áreas afastadas, pois sua condição econômica dificultava deslocamentos.

O problema habitacional em São José dos Campos, sobretudo, localizava-se, segundo a Prefeitura Municipal, no crescimento das camadas sociais cuja renda familiar *era inferior a três salários mínimos*. O aumento desta população se dá em percentuais variáveis devido à baixa remuneração dos segmentos dos trabalhadores não especializados em serviços industriais e institucionais na cidade.

4.1 Urbanização de favelas em São José dos Campos

Após a tentativa de reurbanização de favelas proposto no Plano de Desfavelamento de 1977, em 1992 a gestão executiva municipal, sob o comando da médica Ângela Guadagnin do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos elegeu como prioridade investimentos na urbanização de favelas e também na regularização de loteamentos clandestinos. Nesse período, havia na cidade 28 núcleos de favelas, onde habitavam cerca de oito mil pessoas e 140 loteamentos clandestinos.

Segundo, o então Secretário Municipal de Obras e Habitação, engenheiro Luís Carlos Pontes (1992), a idéia era transformar a favela em bairro e integrá-la à cidade melhorando a qualidade de vida dos moradores e garantindo saneamento básico, luz, sistema viário e segurança quanto à permanência nos lotes.

A urbanização de uma favela sob a ótica da Prefeitura (1992), implicava em:

- . Implantação de rede de água, rede coletora de esgotos e galerias de água pluviais;
- . Alargamento ou abertura de ruas para dar acesso a caminhões de lixo, gás e ambulância.
- . Calçamento e pavimentação com bloquetes;
- . Remoção de áreas de risco;
- . Iluminação;
- . Denominação às ruas e números às casas;
- . Regularização da propriedade, com título de posse da área entregue ao morador;
- . Integração da favela à cidade, transformando-a em bairro.

Esta política habitacional, segundo Pontes, tinha como ponto fundamental, a participação popular; razão por que foram constituídos o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação. A criação do Conselho Municipal de Habitação é assim justificada por Pontes:

“a nossa política sabe que resolver o problema habitacional não é apenas construir casas. Pretendemos integrar todas as moradias à cidade, garantindo acesso à infra-estrutura (água, luz, esgoto) e ao transporte e emprego. No passado, vimos construir em São José dos Campos, grandes conjuntos habitacionais situados longe da cidade, sem infra-estrutura e sem um projeto que integrava também o transporte e a geração de renda. Essas construções são modelos falidos e já não recomendados pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais”.

A questão habitacional na gestão executiva municipal da prefeita Ângela Guadagnin do Partido dos Trabalhadores a partir 1992, priorizou a urbanização de favelas e a regularização de 140 loteamentos clandestinos. Observou-se que se a urbanização de favelas não vier acompanhada de uma série de investimentos sociais que garantam a

inclusão Social desses moradores no tecido urbano do município, em nada adianta as urbanizar.

4.2 Remoção de favelas em São José dos Campos

A atual administração de São José dos Campos (2000) , tendo à frente o engenheiro Emanuel Fernandes, elegeu como proposta a remoção de favelas. A renda familiar mensal verificada nos núcleos é de 1 a 3 salários mínimos, com as seguintes ocupações: auxiliar de serviços gerais, pedreiros, serventes, catadores de papelão, catadores de materiais recicláveis, pintor, faxineiro, operário, etc.

Contudo, para tentar resolver os seus problemas, a população desses núcleos está constituindo as SAB's – Sociedade de Amigos de Bairro. Assim sendo, segundo a Prefeitura, todos os assentamentos estão ligados a uma organização social do próprio local ou próximo a ele. Há, ainda, entidades de objetivos filantrópicos agindo nessas comunidades, além de líderes locais e vereadores. Segundo as Diretrizes Básicas para a Habitação Popular (1997) da Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos, a situação é a seguinte: 60% da população favelada encontra-se em áreas públicas e 40% em áreas particulares e parte das favelas encontra-se em áreas de proteção ambiental.

Foi desenvolvido pela administração atual o projeto “Habitar São José” que prevê intervenções em quase todos os núcleos de favelas, alguns em parceria com o Governo Federal, outros em parceria com o Estado. Prioritariamente, o projeto “Habitar São José”, segundo a Prefeitura, estabelece a erradicação das favelas da cidade. De acordo com Plano de Desfavelamento da atual administração, as favelas localizadas em áreas centrais são prioridades nesse processo de remoção.

Segundo o Projeto “Habitar São José” da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (1997):

Todos os núcleos estão sendo estudados caso a caso. Para alguns, apenas a solução verticalizada se viabiliza, devido à escassez de terrenos públicos, principalmente no centro da cidade. As favelas da periferia serão contempladas com a solução horizontal, sendo esta mais econômica para o futuro assentado.

Este é o discurso oficial da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, o qual, deixa-se entrever que o *interesse está em remover as favelas centrais, devidos a interesses imobiliários*. A remoção de favelas parece não agradar a todos, como propõe a Prefeitura. Grupos de vereadores contrários à remoção dos moradores de favelas afirmam que “remover a população mais pobre para a periferia ou acomodá-las em locais inadequados, escondem a miséria de nosso país e a incompetência de nossos governantes” ¹¹. Segundo esses grupos, o objetivo da remoção de favelas visa atender aos interesses das grandes construtoras, “limpando a área” para a especulação imobiliária, evitando assim, transparecer a segregação sócio-espacial na cidade. (vide anexo a seguir)

O projeto de desfavelização da atual administração de São José dos Campos, pautado na remoção de favelas, não agrada nem mesmo aos moradores que já foram removidos, pois de acordo com uma reportagem da Folha de São Paulo-Vale do dia 24/07/01, (p. C 7), cinquenta moradores removidos da Favela Santa Cruz na região central da cidade para o Conjunto Habitacional Henrique Dias, estão descontentes com o novo local. (vide anexo a seguir)

Segundo os moradores, os quatro prédios do conjunto para onde foram removidos apresentam problemas nas instalações elétricas, infiltrações e ferrugem nas portas e janelas. Eles também reclamaram do tamanho dos apartamentos, considerados pequenos e de não haver área de serviço e, muito menos área de lazer para as crianças brincarem. Reclamavam, ainda, da falta de segurança, pois, os portões ficam abertos o tempo todo, além de não haver extintores de incêndio.

Alguns moradores disseram ainda que se sentiam mais seguros quando moravam na favela. Dona Maria Sina da Silva, 40 anos e desempregada, disse que morava na favela em um casa de blocos, com 4 cômodos e quintal e hoje vive nesse “aperto”. *“Não tenho nem como estender as roupas molhadas”*, disse. (Folha de São Paulo – Vale - C7 24/07/2001).

Um outro exemplo de descontentamento com relação à remoção, antes mesmo de acontecer, é o caso dos moradores da “Favela Morro do Regaço”, também conhecido como “Favela Olaria Zé Ferreira”, existente há aproximadamente há 30 anos. Segundo estudos da Secretaria do Desenvolvimento Social de São José dos Campos, 1997, a população do núcleo é oriunda, principalmente, de Estados do Nordeste, como Bahia, Rio Grande do Norte e outros municípios de São Paulo. Neste núcleo, segundo a Prefeitura há 223 famílias com população aproximada 879 moradores.

Em entrevista ao Jornal Valeparaibano do dia 05/07/01 (p. 5), D. Terezinha Isaura Magalhães, 54 anos e moradora antiga do Morro do Regaço, disse: *“Não queremos sair daqui. Moro com meus oito filhos, sete netos, três genros e uma nora. Minha casa é grande e nós a construímos”*. Já o serralheiro Vanildo Donizetti Pedro, 32 anos, acredita que terá dificuldades para conseguir emprego no novo endereço: *“Estou trabalhando de bico e por aqui eu tenho o que fazer. Lá é um lugar muito distante e vai dificultar muito”* Por sua vez, o senhor Josias Francisco Nogueira, 45 anos e morador há 10 no Morro do Regaço, afirma: *“Sou de Minas Gerais e vim pra cá trabalhar. A favela é perto de tudo. Tem comércio, supermercado, pronto-socorro. Lá no Jardim São José vai demorar muito para se*

estruturar o local". E D. Terezinha afirma que antes tinha melhores condições de saúde, pois o acesso à saúde era mais fácil.

Na visão deste pesquisador, ninguém pode ser forçado a sair do local onde nasceu e cresceu, como é o caso dos moradores retirados da Favela Santa Cruz II e outras que ainda estão previstas para sair. Para o favelado que reside em favelas de áreas centrais existem algumas facilidades ou vantagens que lhe facilitam a vida, como, por exemplo, fácil acesso a equipamentos urbanos e sociais como saúde, educação, saúde lazer, entre outros. Sendo removidos para áreas afastadas do centro, perde-se todas essas vantagens, aumentando o seu custo de vida.

Uma outra perspectiva de enfrentar a problemática de favela já foi experimentada em São José dos Campos, na gestão de 1992-1996. Outras cidades, como Santo André em São Paulo, também estão tentando outros encaminhamentos quanto à Política Habitacional. Santo André implantou uma política de urbanização das favelas, buscando respeitar o espaço e o direito do cidadão, prevalecendo a inclusão social e não a exclusão como acontece, atualmente, em programas do município de São José dos Campos.

4.3 Santo André: Localização e Caracterização

Santo André, município paulista, localizado na chamada Região do ABC Paulista, foi fundado em 1889 e subdivide-se em três distritos: Santo André — distrito-sede, Capuava e Parapiacaba, sendo o distrito-sede o mais relevante demográfica e economicamente. O Município de Santo André foi a uma das principais zonas de expansão da metrópole entre os anos 50 e 80 e, atualmente, se classifica como sendo o terceiro município mais populoso da Grande São Paulo, configurando-se como a maior cidade do ABC paulista.

Fig. 4.1 Mapa de localização geográfica do município de Santo André.

Fonte: Projeto Inclusão Social como um elemento Intrínseco de uma estratégia emancipadora de combate à pobreza: Eliana Silveira e Silva e Maria Lúcia de Souza G. Alves – Arquitetura UNIVAP 2001.

Santo André possui uma população unicamente urbana, dado não existirem, desde os anos 70, áreas consideradas rurais. No caso, o perímetro urbano superpõe ao próprio limite municipal.

4.3.1 Santo André: Urbanização de Favelas

Para Sérgio Duran, repórter da Folha de São Paulo–Vale de 01/06/2001,C 5, em qualquer cidade, favelas não são motivos de orgulho para seus moradores e tampouco para o poder público, todavia em Santo André elas estão sendo consideradas os mais novos cartões-postais da cidade, inclusive, contando com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas). Isso ocorre por causa do Programa de Urbanização e Inclusão Social desenvolvido nesses locais pela Prefeitura. A inovação do Programa Integrado de Inclusão Social, implantado neste município, foi não apenas urbanizar as favelas, mas atendê-las com uma série de programas sociais. O projeto foi desenvolvido pelo então Prefeito Celso Daniel, a partir do ano de 1997.

Segundo a Prefeitura Municipal de Santo André, o Projeto de Urbanização, conforme sua composição, vem realizando atividades relacionadas às mudanças físicas, como a abertura de vias de circulação e suas diversas redes de estabelecimentos comerciais e habitacionais, obras de segurança, para eliminar riscos em assentamentos sujeitos a enchentes e desabamentos.

Para o Prefeito de Santo André Celso Daniel (1998), **a urbanização de favelas em si não garantia que as pessoas saíssem do cenário de exclusão social**, era preciso atacar outras razões. Observa-se que mesmo com a urbanização, ainda há um preconceito enraizado nas pessoas, tanto para quem mora na favela quanto para quem está de fora.

De acordo com o Programa Integrado de Inclusão Social (1997-2000), foi na década de 60 que Santo André viu surgir em sua área territorial, concentrações de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano, sem esgoto, água e luz. O compromisso da atual administração com a urbanização de favelas é uma continuidade do que fora iniciado na gestão 89/92.

Nessa época, identificaram-se 84 núcleos de favelas. O trabalho se iniciou nas favelas onde era exigida uma atenção mais ágil para o atendimento das situações de risco que indicavam a necessidade de intervenções urgentes, com a criação do Programa de Pré-urbanização (Pré-Urb) que atuava em conjunto com o Programa de Urbanização (URB). A atuação conjunta desses programas permitiu intervenções da Prefeitura em todas as favelas do Município.

Ainda segundo o Programa Integrado de Inclusão Social do município de Santo André (1997-2000), entre 1993 e 1996, muito do que havia sido iniciado se perdeu na medida em que as prioridades foram outras de acordo com a administração municipal desse período. Por conseguinte, ao retomar a urbanização das favelas, o problema havia se agravado. De 84 núcleos de favelas, Santo André passou para 137, onde viviam 97 mil pessoas, o que correspondia a 16% da população do Município.

Atualmente, Santo André tem aproximadamente 80.000 habitantes morando em 132 núcleos de favelas, muitos deles localizados em áreas de risco. Para a gestão executiva municipal, o equacionamento dessa situação é difícil, dado aos poucos espaços públicos vazios, a diminuição sensível de áreas particulares disponíveis para a implementação de projetos habitacionais e as dificuldades e restrições impostas pelo Governo Federal para a obtenção de recursos destinados à habitação.

De acordo com o Programa de Governo do Município de Santo André (2001-2004), “assumindo os desafios e os limites para enfrentar esse quadro, a Administração Municipal

vem realizando políticas públicas voltadas à implementação dos programas habitacionais de Santo André”. Dessas políticas, três merecem destaque especial:

Fig. 4.2 Rua Urbanizada na área da favela Tamarutaca – Santo André SP

Fonte: Eliana Silveira Silva e Maria Lúcia de Souza G. Alves – Arquitetura UNIVAP 2001

**Fig. 4.3 Imagem de escadaria interna da área da favela Capuava – Santo
André SP**

Fonte: Eliana Silveira Silva e Maria Lúcia de Souza G. Alves – Arquitetura UNIVAP 2001

1) O Programa de Pré_urbanização de Favelas — leva aos núcleos obras de infra-estrutura que minoram os riscos, melhorando as condições de vida da população desses locais, permitindo melhor circulação, higiene e saúde.

2) O Programa de Urbanização Diferenciada de Favelas — transforma os núcleos em bairros, integrando-os a sua vizinhança, com novo arruamento, obras de infra-estrutura e construção de casas. Esse programa vinculado ao Programa Integrado de Inclusão Social vem sendo desenvolvido nos núcleos de Sacadura Cabral, Capuava, Tamarutaca e Quilombo II que juntos somam 25% da população favelada da cidade. Foram construídos também 280 apartamentos de qualidade no Conjunto Habitacional Prestes Maia com um custo de construção bem abaixo do mercado.

3) O Projeto Moradia — oferece orientações e acompanhamento técnico para as casas que estão sendo construídas em regime de mutirão e apoio técnico e financeiro às Cooperativas Populares de Habitação. Foi realizada, ainda a regularização de áreas, tendo sido emitidos títulos de posse aos moradores.

Segundo a Prefeitura Municipal de Santo André (2001), o desafio da nova Administração na questão da moradia é, além de consolidar as políticas já mencionadas, equacionar a binômica disponibilidade de áreas e de recursos financeiros para democratizar ainda mais o acesso da população de menor renda à moradia de qualidade. Para Celso Daniel, Prefeito de Santo André, o Programa de Urbanização de Favelas, não equaciona a crise social e nem garante a inclusão necessária e ideal à cidadania. ¹

O problema está além, encontra-se enraizado dentro de cada pessoa que mora numa favela. O sentimento de vergonha e preconceito ainda fica. Mesmo que seja uma favela urbanizada, ainda assim é uma favela. A solução é que não haja favelas. Urbanização ou remoção é sempre sinônimo de segregação, seja social, espacial, cultural ou econômica. Se a inclusão não se dá com a reurbanização, então, no tocante à remoção há uma exclusão ainda mais explícita.

¹ Programa de Governo do município de Santo André (2001-2004)

4.4 — O Programa Habitacional do poder executivo municipal de São José dos Campos

O Programa Habitacional do município de São José dos Campos prevê o atendimento à demanda da população de baixo poder aquisitivo e configura-se, segundo ele, como uma proposta política deste Governo e como forma de grande alcance social, face ao desafio representado pelo déficit crescente e acumulado de habitações, que atinge um total estimado de 25.000 unidades para os segmentos populacionais de baixa renda.

Para o poder público municipal vigente, esse déficit habitacional reflete um débito social que urge ser resgatado por esta Administração Municipal. Assim, a habitação é conceituada não apenas como um fator que interfere decisivamente na qualidade de vida da população, mas principalmente como um direito do cidadão. Na visão deste autor, o direito do cidadão, hoje, é satisfeito de forma muito precária, em virtude do perfil econômico-produtivo do país.

Segundo a Secretaria de Obras e Habitação, a gravidade do problema habitacional do Município de São José dos Campos exige do Poder Público uma ação decisiva no sentido de atenuar o estado de carência do cidadão joseense de baixo poder aquisitivo. Para esta Secretaria considera-se, pois, um dever do Governo Municipal contribuir, de forma concreta, para o resgate desse débito. Segue, ainda a Secretaria apontando que este deve ser compartilhado com outros níveis de governo – Estadual e Federal – e com os vários setores da sociedade, através de uma ação integrada. Ainda aponta que a grandeza do déficit habitacional existente no município indica a magnitude política e social da tarefa a ser empreendida, bem como o impacto de um programa de tal envergadura.

No Programa Habitacional do Município de São José dos Campos está apontado que o objetivo é produzir lotes residenciais urbanizados para famílias de baixa renda. Tais lotes serão financiados a preços compatíveis com a capacidade da renda do usuário, e serão

implantados em uma área desapropriada de 2.620.763,67 m² que se localiza no bairro do Rio Comprido. Consta ainda que tal programa será desenvolvido pela Prefeitura Municipal através da Urbanizadora Municipal S/A – URBAM, e compreenderá, na sua primeira fase de implantação, a oferta de 2.840 lotes urbanizados de 140 m², em uma área de 880.953,90 m². (Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos 1997). De imediato, cabe observar que essa área desapropriada no bairro do Rio Comprido é distante da região central da cidade.

Para a consecução do Programa está prevista, até o final de sua implantação, a produção de 8.000 lotes urbanizados, que representarão o atendimento a 32% do déficit habitacional estimado para a população de baixa renda no município. Apesar da envergadura da proposta, pode-se observar com mais cuidado analítico que a política de habitação popular do município de São José dos Campos, reforça e agrava a segregação sócio-espacial na cidade. O equacionamento habitacional no município é resolvido com a remoção dos moradores das áreas centrais para áreas mais afastadas, onde o acesso aos equipamentos urbanos e sociais se torna mais difícil.

4.5 O Município e os Segmentos Populacionais de Baixa Renda: o depauperamento desses segmentos sociais

São José dos Campos absorveu ao longo das duas últimas décadas, um contingente considerável de mão-de-obra altamente qualificada ou semiquificada, atendendo às necessidades do parque industrial e tecnológico em expansão. No entanto, também foram atraídas para o mercado local, parcelas significativas de migrantes com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Esses segmentos migratórios de baixo poder aquisitivo não foram atendidos pelo mercado de trabalho aparentemente promissor na razão direta de suas expectativas de

remuneração, seja pelo excesso de oferta de mão-de-obra, seja pela escassez de qualificação profissional da sua força-de-trabalho. O mesmo ocorreu com a população local de baixa renda, sem qualificação, já residente no município.

Para a Secretaria de Obras e Habitação, a oferta dos serviços em geral e dos equipamentos comunitários do município não conseguiu fazer frente à forte demanda decorrente do crescimento demográfico. Em que pesem as ações do Poder Público, no sentido de suprir as demandas sociais básicas da população, principalmente a de baixa renda (creches, escolas, postos de saúde saneamento básico), ocorreu uma defasagem entre a oferta de serviços existentes e a procura, refletindo-se na precariedade de grande parte dos serviços prestados. Por outro lado, a locação e a aquisição de moradias, por exemplo, experimentaram uma grande elevação de custos, em função da escassez de oferta acumulada, o que foi agravado pelo aumento da procura e por mecanismos especulativos de mercado e preços. Neste caso, a ausência de uma política de ordenamento do solo voltada aos interesses sociais, tendeu a agravar o processo especulativo imobiliário. Por exemplo, a política municipal não foi capaz de evitar os vazios urbanos, gritantes até hoje no município. Estes encarecem o acesso ao solo, o acesso a equipamentos e a implementação de infra-estrutura.

Esse quadro refletiu diretamente na qualidade de vida da população de baixa renda: o elevado custo atingido pelos terrenos e pelas unidades habitacionais no município, a alta geral do custo de vida no país e a depreciação da renda dessa população fizeram com que esses segmentos sociais fossem penalizados, principalmente, no que se refere às necessidades de morar.

O resultado foi a ocorrência de um deslocamento, forçadamente dessas famílias para áreas físicas mais desvalorizadas comercialmente e/ou para unidades habitacionais mais precárias, no intuito de suportar a alta do custo de vida. Na verdade, observa-se que a “economia” do orçamento doméstico foi traduzida em diminuição na qualidade de vida, quando confrontada à situação de habitabilidade anterior.

4.6 O Déficit Habitacional da População de Baixa Renda: a intervenção do Poder Público

Para a Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos, em decorrência dos fatores anteriormente apresentados, o município conta aproximadamente com no mínimo um déficit habitacional acumulado que, segundo estimativas, atinge o número de 25.000 habitações para a população de baixo poder aquisitivo. A justificativa da intervenção governamental para equacionar a carência de habitações populares no município, fundamenta-se sob vários aspectos, alguns dos quais caracterizados também como objetivos básicos.

Inicialmente, segundo o discurso oficial da Prefeitura, o Poder Público procura elevar a qualidade de vida de cada cidadão atendido no seu direito à moradia, pela implantação do Programa Habitacional. Um segundo aspecto refere-se ao cumprimento da função social da habitação no contexto do crescimento econômico do país, através da diminuição do déficit habitacional da população de menor renda.

Observa-se, no entanto, que o Programa Habitacional do Município encontra-se no papel, porque na prática, ele atende aos interesses da própria Prefeitura e também do Mercado Imobiliário. Esses interesses estão atrelados à remoção de moradores que vivem em favelas na região central da cidade para outros locais mais afastados, de modo que, a área disponível, vazia, valorize os imóveis adjacentes e futuras intervenções do setor imobiliário. (vide anexo)

Para a Secretaria Municipal de Obras e Habitação de São José dos Campos, a habitação representa uma gama de perspectivas, que transcendem a contingência do abrigo sumário, simplesmente. A moradia adequada é um elemento liberador de energias, a serem

dependidas em proveito de outras causas: a família, a saúde e a educação, o trabalho e a produtividade, a comunidade, o município, ou seja, o ato de morar em condições salutaras, traz em si um conteúdo promocional concreto, como fator gerador de outras melhorias de vida, para o cidadão e para sua coletividade. Outro aspecto consiste em que, a medida em que a pressão ocasionada pela dificuldade de morar vai sendo minorada, a habitação converte-se em fator atenuador de tensões e conflitos nos mais diversos níveis, tanto para o cidadão, como para o Poder Público, representando assim um indicador de segurança social.

E acrescenta:

“A moradia salutar se constitui, ainda, em elemento de fixação do homem à terra. Em decorrência dessa fixação, a condição de usuário radicado enseja a possibilidade de integração entre o homem e seu meio social, por eliminar caráter de transitoriedade de sua trajetória de vida e propiciar o convívio comunitário”. (SEC. Munic. De Obras e Habitação, 1997)

Para atender o setor imobiliário que pretende investir em áreas centrais da cidade, através da valorização do terreno, o poder público municipal pretende erradicar os números de sub-moradias, as favelas, por meio de intervenções, no intuito de contribuir para a melhor organização da malha urbana. Como exemplo desse interesse do setor imobiliário na remoção da população favelada das áreas centrais está a construção de um complexo de quatro torres com 15 andares cada, totalizando 120 unidades, na favela do Morro do Regaço, no Jardim Paulista. Para o empresário da área de empreendimentos imobiliários em São José dos Campos, Frederico Marcondes César, a valorização do terreno após a remoção dos favelados é um efeito natural.

Para Marcondes César:

“Quando uma favela sai de um determinado local, a população volta a investir na área. Os comerciantes se sentem mais seguros para ampliar seus negócios e as construtoras se interessam em injetar mais dinheiro em investimentos imobiliários”.

Finalizando, a Questão Habitacional no Município de São José dos Campos representa, para o Poder Público, um desafio que necessita de outras abordagens para solucioná-lo, pois, a segregação não é apenas social ou espacial, é também cultural e econômica. Há 22 núcleos de favelas no Município, que se erradicados, para onde iriam os moradores? Portanto, há uma reivindicação concreta e legítima da população de baixa renda para uma solução do Poder Público, porque remover esses moradores para locais distantes do seu, reforça e agrava a segregação sócio-espacial na cidade.

4.7- Programa Habitacional para a População de Baixa Renda

Segundo o Programa Habitacional para a população de baixa renda do município de São José dos Campos, nos últimos 20 anos a questão habitacional na cidade, não tem merecido a atenção necessária das administrações municipais. Em razão da existência de inúmeros loteamentos clandestinos, milhares de famílias moram em sub-habitações e os altos preços dos imóveis e das locações, ocasionam um déficit habitacional estimado em 25.000 moradias, portanto, levando-se em conta que cada família possui 4,4 habitantes, esse déficit atinge mais de 100.000 moradores, praticamente 1/5 da população total do município.

Assim, observa-se que as poucas iniciativas empreendidas para a implantação de conjuntos habitacionais populares, dentre eles o Campo dos Alemães, o D. Pedro I e o D. Pedro II, foram insuficientes para atender a demanda. Além disso, não se proporcionou a qualidade de vida desejada pelas famílias que para lá se mudaram. (vide capítulo 5)

Com base em levantamento cadastrais elaborados pela URBAM (Urbanizadora Municipal-1997), a maior parte da demanda habitacional — 70% — está concentrada na faixa de renda de 1 a 4 salários mínimos; enquanto os restantes 30% se localizam na faixa de renda de 5 a 10 salários mínimos.

Outro dado relevante para o enfrentamento da questão habitacional no Município é a constatação — de conformidade com levantamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social, 1997— de que 2.000 famílias residem em sub-habitações dispersas em vários núcleos de favelas no Município. Segundo a Secretaria de Obras e Habitação do Município de São José dos Campos, as intervenções nas favelas poderão ser feitas em 2 modalidades:

a) Verticalização no próprio local; b) Remoção dessas famílias para algum dos programas habitacionais com a imediata urbanização e ocupação da área desocupada com a finalidade de evitar novos núcleos.

Portanto, conforme a política acima, é possível comprovar que evitar novos núcleos em áreas já removidas é uma das principais preocupações da Prefeitura Municipal. Esse discurso permite verificar a tendência da própria Política Habitacional para a população de baixa renda em São José dos Campos: a segregação sócio-espacial. A população favelada que está na periferia, aí ficará, em moradias verticalizadas. As que estão no centro, para a periferia.

Sob o discurso de uma Política Habitacional que atenda aos direitos da classe de baixo poder aquisitivo em São José dos Campos, a Prefeitura Municipal aponta que uma das grandes dificuldades encontradas para implantação de empreendimentos de habitação popular é a escassez de áreas públicas para este fim. Justifica que a maior parte dos terrenos disponíveis, estaria localizados na região do Campo dos Alemães e dos Conjuntos Habitacionais D. Pedro I e II, nas quais a já elevada concentração populacional não permitiria mais adensamentos. No discurso oficial, soma-se a essa dificuldade uma outra: aquela de ordem financeira da Prefeitura.

Tal dificuldade impossibilitaria a desapropriação de novas áreas a serem destinadas a novos programas habitacionais. Todavia, recursos são destinados a outras obras como serviços municipais, por exemplo, as obras de drenagem e saneamento junto ao córrego

(Rio Senhorinha), nas circunvizinhanças do Shopping Colinas, obras exigindo altos montantes dos **recursos** públicos, mas **atendidas** por se tratarem de áreas das elites joseense. Quantia considerável capaz de atender inúmeros moradores.

As áreas dos conjuntos habitacionais já se caracterizam por si só como áreas segregadas da cidade, pois localizam-se na região sul da cidade e concentram uma grande população de baixo poder aquisitivo. As melhorias sociais não foram suficientes para tirar esse *status* de bairros violentos que carregam. Portanto, se não houver investimentos sociais, culturais e também investimentos em equipamentos urbanos, esses bairros continuarão sendo segregados, marginalizados e sendo vítimas de preconceitos pela população da cidade.

Diante das dificuldades para implementar os Programas Habitacionais, a Secretaria de Obras e Habitação do Município de São José dos Campos, 1997, pleiteou e obteve recursos da União, através dos programas da Caixa Econômica Federal, tais como: PRÓ-CRED ASSOCIATIVO, PRÓ-MORADIA, HABITAR-BRASIL, LOTES URBANIZADOS dentre outros e com recursos do Governo Estadual através da CDHU através dos programas HABITETO (cestas de materiais) e empreitada global (casas e apartamentos).

De acordo com a Secretaria Municipal de Obras e Habitação, outras instituições financeiras poderiam ser usadas, por exemplo, aquelas que possuem linhas de financiamento para área habitacional como, por exemplo, o BIRD, Nossa Caixa Nosso Banco dentre outros. Também há, os recursos oriundos dos sócios de uma Cooperativa a ser criada, bem como doações e contribuições voluntárias. Estes recursos serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação que determinará a sua aplicação nos Programas Habitacionais oficiais.

Em suma, as diretrizes básicas para a política oficial no setor habitacional no município de São José dos Campos são: a) atender a demanda geral, onde 70% está concentrada na faixa de renda de 1 a 4 salários mínimos; b) atender a demanda especial onde cerca de 2000 famílias residem em sub-habitações, dispersos em vários núcleos de favelas; c) cadastrar a demanda geral e especial através de critérios de elegibilidade por pontuação para acesso aos programas habitacionais do Município; d) ofertar produtos, como lotes urbanizados, habitações horizontais, habitações verticalizadas para atender as diversas faixas de renda; e) criar uma Cooperativa Habitacional, sob a administração do Poder Público; f) buscar recursos da União através dos programas da Caixa Econômica Federal; g) ativar a Fundação para Habitação Popular, a FUNDHAP, para ser o órgão gerenciador das questões habitacionais do Município entre outros.

Ao analisar estas diretrizes e compará-las com a do município de Santo André, observa-se que, remoção e urbanização, ambas políticas de desfavelização, não garantem à população a inclusão social que tanto se discursa. Tanto em São José dos Campos quanto em Santo André, as diretrizes para a política habitacional sofrem o impacto dos interesses do setor de maior poder de decisão, o mercado imobiliário e a vigência da propriedade privada da terra. Contudo, ao compará-las no tocante às tentativas de minorar o déficit habitacional para a população de baixa renda, constata-se que em Santo André, as propostas ao menos, respeitam a opinião e a vontade dos moradores em permanecer no local onde cresceram e viveram.

Uma análise mais crítica, a partir do quadro teórico, apresentado nesta dissertação, aponta que a questão da queda do padrão de vida da classe trabalhadora, principalmente a joseense, está atrelada ao perfil econômico-produtivo brasileiro. A concentração de renda, a concentração de terras, a corrupção, o baixo nível da educação, entre outros fatores, agravam a situação da maioria dos brasileiros, que com o salário mínimo de R\$ 200,00 mensais, vivem em condições, muitas vezes, de miséria. É necessário muito trabalho e novas diretrizes políticas como investimentos na educação, na saúde, na habitação, ou seja, é preciso uma reforma social urgente para alterar esses desequilíbrios. Caso não, uma outra

perspectiva de desenvolvimento econômico, um plano mais societário a igualdades democráticas, poderia ajudar a resolver a questão.

Capítulo 5- CAMPO DOS ALEMÃES: UM ESTUDO DE CASO.

Este capítulo tem por objetivo: a) apontar aspectos sobre as origens das terras conhecidas como Campo dos Alemães, através da versão oficial da Prefeitura Municipal e através da versão dos moradores do bairro; b) caracterizar o bairro no contexto urbano do município de São José dos Campos; e, c) mostrar os resultados da pesquisa instrumental de campo realizada em setembro e outubro de 2001, pelo autor da Dissertação.

Há duas versões sobre a origem das terras conhecidas como Campo dos Alemães. Para a construção desta primeira parte do capítulo, foi necessário ouvir a versão dos próprios moradores do bairro e também, a versão oficial da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

5.1- Versão dos moradores sobre a origem das terras conhecidas como Campo dos Alemães. Nota: Para os moradores do bairro Campo dos Alemães, a área hoje ocupada, pertencia a um casal alemão que, em férias no Brasil, vieram para São José dos Campos conhecer o local onde iriam morar. Ao passear pela cidade foram assassinados no bairro, hoje conhecido, como Jardim Paulista. Ao saber do assassinato do casal alemão, a Prefeitura Municipal, se apropriou da área para fazer um conjunto habitacional. A apropriação da área pela Prefeitura se deu pelo fato do casal alemão, não possuir nenhum herdeiro. Esta versão, aponta uma das origens das terras conhecidas como Campo dos Alemães e justifica o nome do bairro na visão dos próprios moradores.

5.2 Versão oficial da Prefeitura Municipal de São José dos Campos sobre a origem das terras conhecidas com Campo dos Alemães.

Segundo a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, em 15/05/1907 a Câmara Municipal desta cidade celebrou um contrato de arrendamento de 400 (quatrocentos)

alqueires, denominado Campo do Rio Comprido, com a Companhia de Matérias Taníferas. Essa Companhia alemã fez em alta escala a cultura de acácias com o fim comercial de materiais taníferas, empregando grande capital no investimento de plantação e benfeitorias.

Como essa Companhia tinha sua diretoria na cidade de Colônia na Alemanha, com o advento da Primeira Guerra Mundial, esta empresa abandonou estas terras com todo valioso patrimônio. O prefeito daquela época, o engenheiro João Alves da Silva Cursino, vendo tão grande patrimônio abandonado, resolveu reapossar do imóvel de domínio público.

As conseqüências do reapossamento resultaram em uma ação judicial proposta pelo Banco Alemão, tendo como resultado um acordo amigável, na qual o prefeito comprou as benfeitorias. Mais tarde em 18/09/1922, por escritura de venda e compra autorizada pela lei 130, a Câmara vendeu as benfeitorias relativas a culturas de acácias e, outras plantas taníferas, existentes no “Campos dos Alemães”, para a firma do D. Borges e Cia, com sede no Rio de Janeiro.

A terra sem benfeitorias foi vendida para Uriel Gaspar e Cia, através da escritura de venda e compra lavrada no Primeiro Cartório de Notas, livro 166, fls. 36 e 37. Em 03/04/1922 foi arrendadas mais uma parte de terras localizada no Campo do Rio Comprido, com área de 290 alqueires.

As terras arrendadas do Campo dos Alemães ou Rio Comprido, em parte foram vendidas em lotes num plano de loteamento: o Colonial Paraíso, em 1922, que hoje se transformou em loteamentos menores: Jardim Morumbi, Parque Industrial, Palmeiras de São José, Jardim América, Jardim Oriente, Jardim Paraíso, 31 de Março, Jardim do Sul, Residencial Sol Nascente, Jardim Petrópolis. Já a parte não ocupada tornou-se um grande vazio urbano até que, em 13/12/1973, o Prefeito Brigadeiro Sérgio Sobral de Oliveira, resolveu declarar de utilidade pública uma área de 9.423.600,00m², destinada à implantação de Distrito Industrial.

Transcorridos cinco anos esse decreto perdeu a sua validade e um novo projeto surgiu na Prefeitura para dar melhor ocupação a essa terra e foi, então, que através do Decreto número 2772/78, o prefeito, o advogado Joaquim Ferreira Bevilacqua, declarou de interesse social, para fins de desapropriação, a área de 2.132.600,00m², tendo sido alterado pelo Decreto nº 2899/79 que modificou o perímetro da área para 2.620.763,67m².

Em consequência desse decreto a Prefeitura tomou posse em 14/05/79, por meio do processo judicial 1.932/78, da 1ª Vara local, passando a discutir apenas e tão somente o valor da terra com os proprietários herdeiros e sucessores de Aurélio Moreira da Silva e Idalina Rosa Moreira, representado pelas seguintes pessoas: Benedito Moreira da Rosa, Eduardo Lourenço, Moacyr Benedicto de Souza, Célio Vaz de Lima, Vicente Pelegrino Savastano Antonio Simões Ladeira e Manoel Amazonas Braun da Silva. No transcorrer do processo de desapropriação a Prefeitura desenvolveu o projeto de loteamento do Campo dos Alemães I, com área de 808.345,86m², tendo sido aprovado em 11/11/87. Em 11/04/88 foi aprovado o Campo dos Alemães II, com a área de 386.493,24m².

Também foram realizadas a implantação dos Conjuntos Residenciais D. Pedro I e D. Pedro II, através do governo Federal, Estadual e Municipal. Faz parte da grande área do Campo dos Alemães o Conjunto Habitacional Elmano Ferreira Veloso, implantado por volta de 1980 e regularizado em 16/04/91.

Fig. 5.1 Mapa de Localização do Campo do Alemães – (Anexo 5)

5.3- Caracterização do bairro Campo dos Alemães



Foto 5.2 Campo dos Alemães-Reconhecimento da área

Fonte: Secretaria de Obras e Habitação-PMSJC-1986

Nota: Na foto 5.2 aparecem pessoas importantes da cidade que idealizaram o projeto de fazer um loteamento no extremo sul. De terno é o Prefeito da cidade na época, Sr Joaquim Ferreira Bevilacqua. O homem mais a esquerda é o Professor Geraldo Vilhena, Secretário de Desenvolvimento Social da época. Foi o Professor Geraldo Vilhena quem concedeu a entrevista sobre o surgimento dos primeiros núcleos de favelas em São José dos Campos.

O loteamento Campo dos Alemães localiza-se na região sul da cidade de São José dos Campos, entre o Jardim Morumbi, Jardim Colonial e Bosque dos Eucaliptos. Possui

boas condições topográficas e de acessibilidade, com a integração à malha viária já existente. Faz parte do Programa de Lotes Urbanizados, desenvolvido atualmente pela URBAM, com o objetivo de suprir a carência de moradias para a população de baixa renda.

O Programa de Habitação – Campo dos Alemães, teve início em 1980 com a declaração de utilidade pública para fins de moradia popular de gleba. Foi então implantando o Conjunto Elmano Ferreira Veloso, limdeiro ao Jardim Colonial, com 847 unidades habitacionais. O programa não teve continuidade. Em 1986, sob a gestão do advogado Robson Marinho, foram retomados os trabalhos na área de habitação sob a coordenação da URBAM. Realizou-se o censo da população residente em áreas de favela e foram abertas as inscrições à população de baixa renda no município.



Na foto 5.3, mostra o início das obras no loteamento Campo dos Alemães em 1986. Tratores da Prefeitura Municipal trabalham para fazer os arruamentos que formaria um novo bairro em São José dos Campos.

Fonte: Secretaria de Obras e Habitação-PMSJC-1986

Segundo o Plano Diretor do Loteamento do Campo dos Alemães de 1989, em maio de 1988, foram sorteados 934 lotes dos quais 112 não possuíam rede de água com ligação domiciliar. Em outubro de 1988 foram sorteados 2943 lotes sem rede de água e sem conclusão dos serviços de terraplanagem. Para a ocupação dos lotes sorteados, foram selecionadas, através de sistema de pontuação, famílias com renda de até 3 salários mínimos. Foi considerada como demanda prioritária para atendimento, os moradores das áreas de favela e outras famílias que não podiam pagar aluguéis devido ao alto custo de vida.



Foto - 5.4 Campo dos Alemães reunião com futuros moradores Fonte: Secretaria de Obras e Habitação PMSJC-1986

Nota: Na foto acima, ao centro, está o Sr. Prefeito Joaquim Bevilacqua e de óculos, o engenheiro Ronaldo Garcia em reunião com os primeiros futuros moradores do bairro Campo dos Alemães em 1988 A partir de janeiro de 1989, a administração municipal, apresenta como uma de suas prioridades o atendimento à habitação popular. Reiniciaram as

obras de infra-estrutura do Campo dos Alemães e a liberação dos lotes para construção foi se dando na medida em que se ia implantando a infra-estrutura de terraplanagem, água e energia elétrica.



Foto 5.5- Campo dos Alemães anúncio do loteamento.

Fonte: Secretaria de Obras e Habitação-PMSJC-1986

Na foto 5.5 está o Vice-Prefeito de São José dos Campos, Sr. Pedro Yves Simão, que mais tarde, em 1990, viria a ser o Prefeito da cidade. No palanque montado no bairro, ele anunciou o início das obras do Campo dos Alemães.

Segundo a Secretaria Municipal de Obras e Habitação, em aproximadamente metade dos lotes, os respectivos compradores não iniciaram construção. Visou-se, então, a racionalizar a ocupação de acordo com a implantação da infra-estrutura. Acrescentou-se ao critério de destinação dos lotes, a “condição de construção imediata”. Assim, foram

convocados os compradores dos lotes já liberados, para responder pela condição de ocupação imediata que, em caso negativo, receberia um “termo de credenciamento” para os lotes serem liberados futuramente.

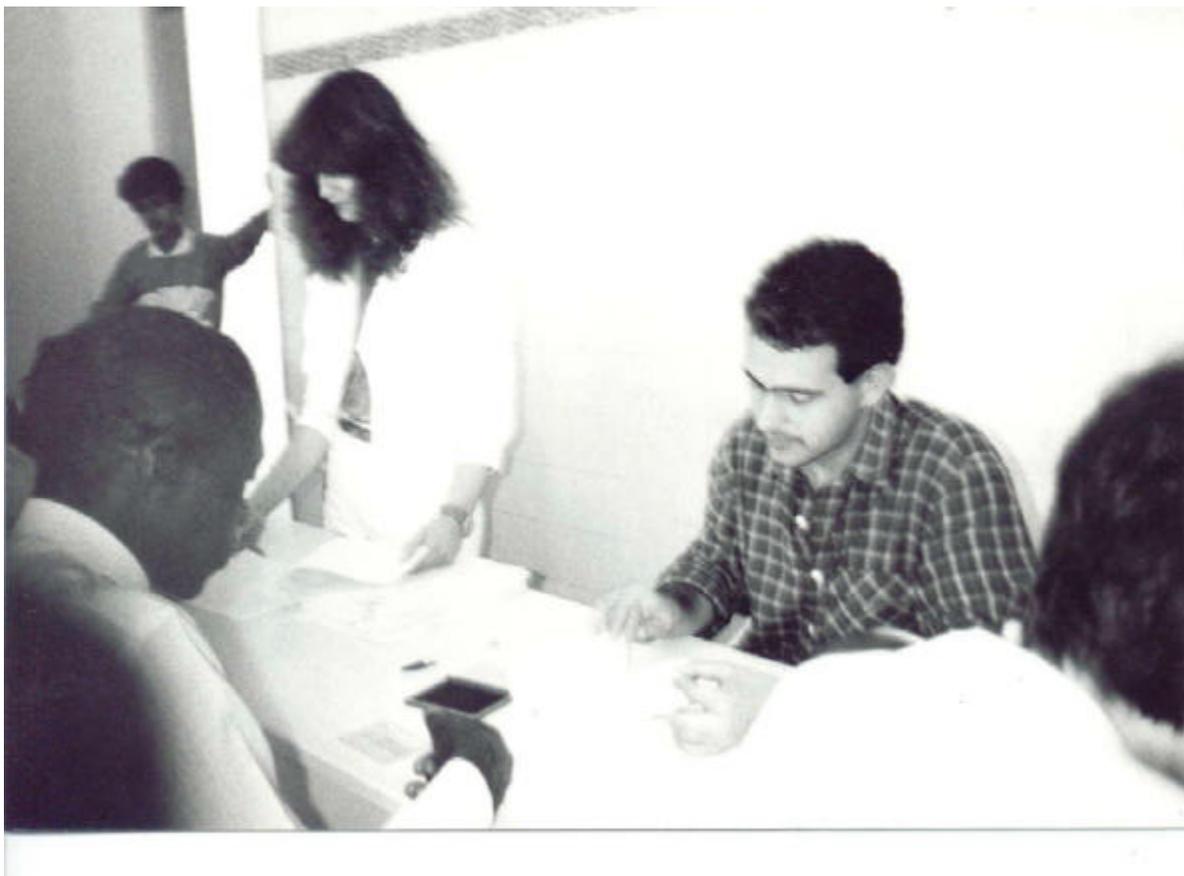


Foto-5.6 Cadastramento dos moradores do Campo dos Alemães

Fonte: Secretaria de Obras e Habitação-PMSJC-1986

Na foto 5.6, os primeiros futuros moradores começam a se cadastrar para construir suas casas no Campo dos Alemães. Segundo Cristina Ronconi da Secretaria de Obras e Habitação da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, foram removidas para o loteamento Campo dos Alemães, cerca de 250 famílias moradoras de favelas. Entre as favelas removidas estavam as favelas Caramujo, próxima ao Centro Técnico Aeroespacial (C.T. A), Santa Cruz, antiga Linha Velha e a favela do Banhado, hoje Jardim Nova Esperança. Todas as três localizadas em áreas valorizadas imobiliariamente e centrais.



Foto-5.7 Cadastramento dos moradores do Campo dos Alemães

Fonte: Secretaria de Obras e Habitação-PMSJC-1986

Para realizar uma integração entre as famílias que iriam morar no Campo dos Alemães, o Poder Público Municipal organizou-as ao longo do loteamento, de modo que não formassem grupos isolados. A população favelada se integraria entre si e, também, com as demais famílias oriundas de outros bairros da cidade.

5.4 -Análise dos resultados da pesquisa realizada no bairro Campo dos Alemães em 2001, por este pesquisador

Foram removidas para o Campo dos Alemães, cerca de 250 famílias das favelas do Banhado, da Vila Santa Cruz, do Caramujo, entre outras. A favela do Caramujo, próxima à Rodovia dos Tamoios, no Centro II, com 11 moradias e 68 moradores, segundo Cristina Ronconi, da Secretaria Municipal de Obras e Habitação foi removida para o Campo dos Alemães para ser erradicada. Necessário destacar: os moradores removidos de favelas, a partir de agora, passaram a morar num bairro totalmente distante do centro e praticamente, sem infra-estrutura urbana básica, como pode ser observado na foto abaixo.



Foto-5.8 Campo dos Alemães - vista parcial-1993

Fonte: Profa. Maria Regina - UNIVAP

Para a pesquisa instrumental de campo, optou-se por entrevistar as famílias removidas das favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz. Essas duas favelas localizam-se na região central de São José dos Campos. Por isso, justifica-se a escolha dessas favelas, para a comparação do padrão de vida dessas famílias na favela no centro da cidade e no bairro do Campo dos Alemães sob o aspecto da moradia.

Foram entrevistadas cerca de 20 famílias removidas das favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz. As famílias entrevistadas eram de favelas diferentes, mas ambas favelas, se localizam na região central de São José dos Campos. Talvez por medo ou vergonha, houve uma dificuldade de se identificar no Campo dos Alemães as famílias removidas de favelas. Quando identificadas, notava-se nas entrevistas, que havia um constrangimento por parte das famílias em se confirmar como ex-moradoras de favela. Mas, a razão, de fato, talvez fosse o medo de estar se comprometendo com uma nova exposição diante dos funcionários da Prefeitura.

Todas as famílias entrevistadas pensavam que a equipe de entrevistadores eram funcionários da Prefeitura Municipal e que ao responderem as perguntas estariam se comprometendo em relação à casa ou ao bairro, que agora se encontra asfaltado. O medo dos moradores estava em uma possível punição da Prefeitura Municipal, caso, eles dissessem alguma coisa contrária ao bairro. Observou-se nas entrevistas, que havia uma certa satisfação dos moradores em relação ao bairro, mas ao mesmo tempo, percebia-se também uma insatisfação devido às reclamações constantes dos mesmos sobre violência, segurança, saúde, educação, transporte, coleta de lixo, etc. Na maioria das residências havia mais que cinco pessoas morando, como pode ser observado no gráfico abaixo:

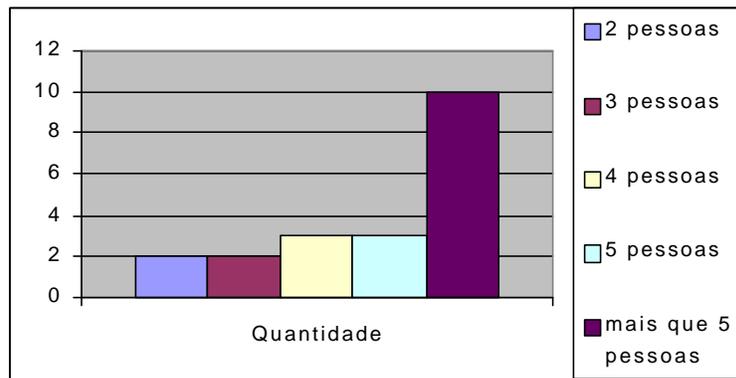


Fig. 5.9 Gráfico nº de pessoa por domicílio

Uma das reclamações que mais se ouviu foi a de que o bairro Campo dos Alemães é muito violento. Para os moradores, o índice de homicídio é muito alto. Existem muitos bandidos espalhados por todo o bairro. Há também, gangues formadas, que comandam cada espaço do bairro. Todas as famílias entrevistadas destacaram a violência como principal problema a ser combatido no Campo dos Alemães.



Foto-5.9.1 Campo dos Alemães- vista parcial- 1993

Fonte: Profa. Maria Regina- UNIVAP

Para os moradores, o bairro se torna mais violento ainda, quando há brigas de gangues rivais. Existe até toque de recolher imposto pelas gangues em guerra. Sobre o toque de recolher, alguns moradores disseram que a partir das 19h, não se podem mais sair de casa. Outros, já falaram que a partir da 18h, quando começa a escurecer, não saem mais de casa.

D. Luiza de Moraes, moradora do Campo dos Alemães há 8 anos, disse que o bairro precisa urgente de um posto policial. “Aqui tá precisando muito de uma creche e mais policiamento que fica andando pelo bairro dia e noite”. O mesmo anseio é o de D. Benedita, que mora no bairro há 10 anos e já passou por muitas dificuldades para criar os seus três filhos. D. Benedita veio da favela Linha Velha, hoje, Vila Santa Cruz. Dois dos três filhos trabalham na FUNDHAS (Fundação Hélio Augusto de Souza), entidade que realiza trabalho com adolescentes em São José dos Campos. Com isso, família consegue ter uma renda mensal de 4 a 6 salários mínimos. Observou-se nas entrevistas que a maioria das famílias tem uma renda mensal de 1 a 3 salários mínimos

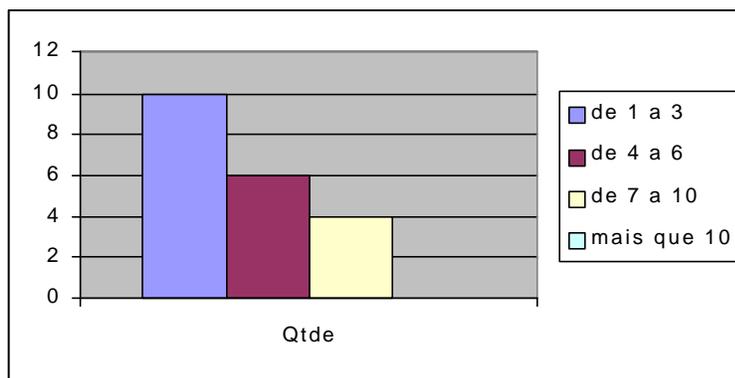


Fig. 5.9.2 Gráfico Renda Mensal por Família

Para D. Benedita:

“Deveria ter mais médico no posto de saúde, ter mais creche para as mães colocar os filhos e poder trabalhar e mais segurança, precisamos de mais policiamento no nosso bairro. Perguntada sobre a casa em que mora, D. Benedita disse:” *melhorou bastante, porque com a nossa casa, deixamos de pagar aluguel*



Foto-5.9.3 Campo dos Alemães-vista parcial 2001 Tirada pelo autor da Dissertação

A foto 5.9.3 foi tirada pelo autor da Dissertação durante a pesquisa instrumental de campo em 2001. Nela destaca-se a má qualidade do asfalto feito pela Prefeitura Municipal. Utilizado como campanha eleitoral por vários anos, o asfalto sempre foi uma reivindicação dos moradores do Campo dos Alemães. Mas, foi para muitos, decepcionante. Quando veio, não durou muito e já começou a quebrar como mostra a foto acima.

D. Rosa é moradora do Campo dos Alemães há mais ou menos 12 anos, mora com o marido e mais 5 filhos. Ex - moradora da favela da Linha Velha, hoje Vila Santa Cruz, D. Rosa não esconde o descontentamento em estar morando no bairro. Para ela, falta tudo, desde creches até centros comunitários para lazer das crianças. Para D. Rosa, nem o fato de estar morando numa casa, melhorou o seu padrão de vida. Ela disse que o Campo dos Alemães é pior que o lugar de onde veio. *“Aqui é tudo longe, não tem um hospital, não tem policiamento, não tem creche, precisa de mais escolas, esse lugar é pior de onde eu vim”*.

Em todos os momentos das entrevistas, as famílias confundiam-nos com funcionários da Prefeitura Municipal, por isso, havia um certo receio em responder as perguntas. Mesmo assim, foi possível colher as informações necessárias para a pesquisa.

D. Terezinha, moradora do bairro há 8 anos, vive com o marido e o neto. A casa possui 4 cômodos, 1 sala, 1 cozinha, 1 quarto e 1 banheiro. A renda da família é de apenas 1 salário mínimo. Ela nos contou que sobrevive de ajuda das pessoas e, que às vezes, não tem o que comer em casa. D. Terezinha veio da favela do Banhado e reclamou muito do bairro Campo dos Alemães.

D. Terezinha mora em frente a um terreno vazio, que sempre está cheio de lixo, o que a revolta constantemente. Ela disse que quando chove, todo o lixo vai para a porta da sua casa e, que não dá nem para comer, pois a frente da casa fica cheia de ratos e baratas. *“Vê se tem condição da gente vivê assim, o Sr. não acha que eu tô certa? Não dá nem pra come um prato de feijão com farinha, ou um mingau de fubá, não tô certa?”*



5.9.4- Foto Campo dos Alemães- vista parcial-2001. Tirada pelo autor da dissertação.

Para D. Terezinha, anteriormente, as condições de saúde eram melhores, pois morava no centro da cidade, agora tem que pegar um ônibus e ir até o Parque Industrial, se precisar de pronto socorro. Ela afirmou que, apesar de estar morando agora numa casa, quando morava na favela do Banhado, era bem melhor.

Foram realizadas um total de 20 entrevistas com famílias moradoras de favelas, que foram removidas para o Campo dos Alemães, principalmente das favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz. A maioria dos chefes das famílias vieram de outros Estados do Brasil.

Minas Gerais, principalmente a região do Sul de Minas Gerais foi a que mais se destacou na pesquisa, seguidos dos Estados da Região Norte e Nordeste.

Das famílias entrevistadas, cerca de 50% possuíam renda mensal que variavam de 1 a 4 salários mínimos. Haviam casas, por exemplo, em que moravam mais de uma família, com isso, a renda mensal aumentava, chegando a atingir o teto de até 8 salários mínimos. Enquanto que houve casos também, em que numa família com 5 pessoas, somente um trabalhava. Ou era o pai, ou a mãe, ou até mesmo, um filho apenas.

A maioria dos entrevistados, cerca de 80%, concordavam que o bairro Campo dos Alemães precisava de mais assistência do poder público municipal. O asfaltamento foi uma vitória para eles, mas só isso não bastava. Muitos reclamam da Prefeitura, acusando a atual administração de só pensarem neles em época de eleição.

Como qualidades do bairro, a maioria destacou as escolas, o asfalto e os varredores de rua, que quase todos os dias varrem o bairro. E como defeitos do bairro, todos foram unânimes em responder: falta de segurança, violência, falta de creches para os filhos das mães que precisam trabalhar, muitos terrenos vazios cheios de lixos e entulhos, faltam postos de saúde (há apenas um para atender a população, estimada em 17.011 pessoas).

Sob a óptica da habitação, para alguns moradores, houve um melhora no padrão de vida, pois trocar o barraco da favela por uma casa num bairro foi um avanço muito grande. Para outros, apesar de estarem morando numa casa, não refletiu uma mudança no padrão de vida, pois a acessibilidade a alguns serviços sociais e urbanos ficou mais difícil, devido à localização do bairro, distante do centro equipado. E da própria ausência de investimentos sociais no bairro.

Para a maioria dos moradores, o Campo dos Alemães ainda é um bairro onde não há área de lazer para as crianças e para os jovens se divertirem nos finais de semana. Para agravar a situação, o bairro não dispõe de áreas verdes, é pouco arborizado e, onde faltam

mais investimentos por parte do Poder Público Municipal. O padrão de vida dos moradores entrevistados está diretamente ligado à questão da moradia. Na visão de alguns, houve uma pequena alteração para melhor em relação à moradia anterior. Mas, para outros, nem o fato de estar morando numa casa, alterou seu padrão de vida. *Entende-se que, a moradia não é o único véis para determinar se há ou não alteração no padrão.* É preciso analisar outros importantes fatores como infra-estrutura, equipamentos urbanos, trabalho/emprego, para se chegar a uma conclusão, como foi o caso do bairro Campo dos Alemães.

Conclusão

Pretendeu-se com este trabalho realizar um estudo sobre as subcondições de moradia, compreendendo-a como parte relevante do padrão de vida dos trabalhadores, na sociedade industrial em São José dos Campos. Destacou-se o bairro do Campo dos Alemães como estudo das condições de reprodução social dos trabalhadores numa área urbana periférica. Especificamente, buscou pesquisar as políticas públicas do poder executivo municipal quanto a reurbanização e remoção de favelas. Entende-se que este bairro configura-se sob a lógica da urbanização brasileira, como uma área de segregação sócio-espacial, representativa das periferias das cidades industriais.

As referências teóricas apoiadas em Engels, Hobsbawn, Kowarick, Santos, Valladares, dentre outros, foram fundamentais para ampliar a leitura sobre as subcondições de moradia e o padrão de vida dos trabalhadores numa sociedade industrial. Sobretudo, ultrapassando uma imagem criada pela mídia, de que padrão de vida, se limita apenas a uma mera casa. De fato, compreende-se que os trabalhadores constituem-se uma classe social dominada economicamente pelas elites cujos interesses estão em explorá-los como mão-de-obra barata, impondo-lhes uma precária condição de vida urbana.

Dentro desta compreensão, apoiou-se, sobretudo em Engels (1985). A classe trabalhadora na Inglaterra, entre o século XIX e o início do XX, era dominada por uma pequena elite industrial, que os empurrava para uma condição precária de vida urbana, incluindo a moradia. Muitos moradores foram obrigados a saírem do campo para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida nos grandes centros urbanos.

Em São José dos Campos, desde os anos 50, a classe trabalhadora é dominada por uma elite capitalista estrangeira que concentra a maior parte da renda, interferindo diretamente, no padrão de vida e no poder de consumo dos trabalhadores. Muitos vivem em precárias condições de moradia, nas quais, as perspectivas de mudanças são escassas. Portanto, a

analogia com a situação da classe trabalhadora na Inglaterra entre o século XIX e o início do XX realizada por Engels é relevante, uma vez que muitos trabalhadores são explorados pela elite industrial e buscam uma melhor condição de vida.

Esta leitura pode ser reiterada em Kowarick (1993). Para este autor, a perda do padrão de vida dos trabalhadores paulistas, a partir dos anos 40, se deve principalmente, por questões econômicas, onde foram expulsos das regiões centrais para as áreas periféricas da cidade. Para Kowarick, a casa na periferia agravou ainda mais o quadro de exclusão sócio-espacial desses segmentos da população, havendo um aumento considerável nos custos de vida e na distância do trabalho.

As condições precárias de submoradias e o padrão de vida dos moradores removidos das favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz para o Campo dos Alemães em São José dos Campos, apontada no capítulo cinco, decorrem *das precárias condições econômicas desses moradores, do baixo padrão de remuneração da urbanização industrial, bem como, da localização urbana-periférica do bairro, e ainda das políticas públicas, que reiteram a segregação sócio-espacial na cidade.*

O bairro Campo dos Alemães, localizado na região sul de São José dos Campos, conforme o capítulo cinco, caracteriza-se como um dos mais violentos da cidade. Mesmo com as melhorias realizadas pela Prefeitura Municipal, como asfaltamento, rede de esgoto e de transporte coletivo implantado há dois anos atrás, o bairro continua com esse *status* de violento. Esta violência retrata o baixo padrão de vida dos moradores do bairro e reflete na situação precária de moradia em que vivem.

A pesquisa de campo possibilitou conhecer as posturas dos moradores removidos das favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz, para o Campo dos Alemães, em relação às ações do poder público municipal no bairro, bem como, a organização espacial desses moradores, conforme a Prefeitura Municipal. Entende-se que o tema desta dissertação tende a ser visto como uma fonte relevante no contexto histórico da cidade.

Este trabalho pretendia estudar a qualidade de vida dos moradores do bairro Campo dos Alemães que, anteriormente, residiam em submoradias no centro da cidade. Defende-se, que houve uma intensificação da perda de qualidade, ao serem removidos para este bairro, rebaixando, portanto, o padrão de vida desses moradores sob o aspecto da moradia.

Do ponto de vista do padrão, pode-se verificar que, em parte, a hipótese tem consistência e, em parte, deve ser relativizada. Para muitos moradores, a visão de que, atualmente, eles possuem uma casa, e antes, moravam em barracos foi determinante para uma auto-identificação com a idéia da melhora do padrão de vida. Contudo, as análises realizadas nesta dissertação, indicaram que *a condição da habitação e não a condição de habitabilidade é que determinava para eles, a melhoria na qualidade de vida.*

Observou-se que em muitas moradias, não existiam condições de habitabilidade, que poderiam determinar uma melhora no padrão de vida desses moradores. Habitações, muitas vezes, sem luz elétrica, sem rede de esgoto, sem água encanada, sem acabamento e, com ruas esburacadas, quase impossível de serem habitadas, vide capítulo cinco.

Essas habitações abrigavam uma ou mais famílias, agravando as condições de habitabilidade dos moradores, num quadro próximo ou pior àqueles da realidade anterior, nas antigas favelas de origem. E mais, no Campo dos Alemães, agravadas com a precariedade dos índices de urbanidade: ruas sem asfaltamento, bairro não arborizado, lotes vazios que serviam como depósitos de lixos, entre outros.

Para compreender o padrão de vida desses moradores, foi necessário avaliar a questão econômica, que neste trabalho, é vista como um viés determinante na remoção desses antigos moradores da área central para o bairro do Campo dos Alemães no extremo sul da cidade. Por serem trabalhadores com baixo poder aquisitivo e com condições econômicas

precárias, são constantemente alvos da elite dominante que visam os seus próprios interesses.

Famílias de diversas regiões da cidade passaram a residir próximas umas às outras numa área localizada distante do centro da cidade, reforçando e agravando a segregação sócio-espacial realizada pelo poder público municipal. observa-se que, atualmente, *a localização espacial é um dos fatores preponderantes para avaliar o padrão de vida dos trabalhadores numa sociedade industrial*, vide cartografia da mancha urbana joseense.

Sob a óptica dos moradores, removidos das favelas do Banhado e da Vila Santa Cruz para o Campo dos Alemães, constatou-se que a alegada melhoria no padrão de vida estava no simples fato de se ter uma casa. Esta visão ainda foi reforçada pelas poucas melhorias realizadas pelo poder público municipal.

Constatou-se, que de fato, houve uma tendência da Prefeitura Municipal em reiterar a segregação social e espacial desses moradores que estão à margem da sociedade de consumo e do mercado de propriedade privada do solo. Ao realizar a pesquisa instrumental de campo com questões abertas no bairro do Campo dos Alemães, foi apontada a insatisfação dos moradores em relação às ações do poder público municipal no bairro, conforme expôs-se no capítulo 5.

Conclui-se, portanto, que em São José dos Campos, as subcondições de moradia e o padrão de vida, decorre, tanto do baixo poder de consumo das classes populares, quanto pela precária localização urbana do bairro em que moram. Este patamar precário de habitabilidade é decorrente, sobretudo, da economia industrial do município, reiterada pela lógica das políticas públicas sociais, com a prática de remoção de favelas das áreas centrais espalhando-as para áreas distantes da cidade, intensificando a segregação e a precariedade de moradia na sociedade urbana industrial.